



Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 08 de abril de 2020.**
 - 2. Deliberação n.º 151/20 – Proposta n.º 37/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção e exploração de 3 parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal – Publicação dos anúncios e designação do gestor do contrato.**
 - 3. Deliberação n.º 152/20 – Proposta n.º 38/2020 – DAF/DICONT- 6.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 5.ª ao Plano de Atividades e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
 - 4. Deliberação n.º 163/20 – Proposta n.º 08/2020 – DCIRT – Gestão do Parque de Estacionamento do Creiro – Renovação de Protocolo de Colaboração com a Associação Baía de Setúbal.**
 - 5. Deliberação n.º 153/20 – Proposta n.º 06/2020 – DURB/DIMOT – Sinalização vertical de proibição de circulação a peões e de exceder velocidade 30 km/h.**
 - 6. Deliberação n.º 154/20 – Proposta n.º 07/2020 – DURB – Proposta de ratificação do despacho n.º 62/2020/GAP, de 17 de abril.**
 - 7. Deliberação n.º 155/20 – Proposta n.º 07/2020 – DAAE/SEMBEA – Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município de Setúbal.**
 - 8. Deliberação n.º 156/20 – Proposta n.º 08/2020 – DAAE/DIEV – Aceitação de doação da Empresa “The Navigator Company” ao Município de Setúbal.**

9. *Deliberação n.º 157/20 – Proposta n.º 45/2020 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – Apoio financeiro no período de maio a agosto de 2020.*
10. *Deliberação n.º 158/20 – Proposta n.º 46/2020 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração com a SulSub – Associação Náutica e Subaquática do Sul, para a criação do Centro Municipal de Atividades Subaquáticas de Setúbal.*
11. *Deliberação n.º 159/20 – Proposta n.º 47/2020 – DCDJ/DISOC – Renovação do Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação de Imigrantes dos Países de Leste – EDINSTVO.*
12. *Deliberação n.º 160/20 – Proposta n.º 48/2020 – DCDJ/DIBIM – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal, a Junta de Freguesia de Azeitão e a Associação Cultural Sebastião da Gama para a criação da Casa-Memória Joana Luísa e Sebastião da Gama.*
13. *Deliberação n.º 161/20 – Proposta n.º 49/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro ao Clube Recreativo Palhavã.*
14. *Deliberação n.º 162/20 – Proposta n.º 6/2020 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões - 1.º trimestre de 2020.*

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente no âmbito do seu gabinete e do Departamento de Urbanismo (licenciamentos), conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.º 2 a 4.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que queria colocar uma questão que tinha mais a ver com uma perspetiva futura, considerando as primeiras medidas que o Governo tinha tido para com os municípios, no sentido de começar a estabelecer algum tipo de colaboração e libertação de verbas e apoios, no âmbito daquilo que era o combate à pandemia da COVID-19.

Queria perguntar se o município previa algum tipo de reforço de medidas em função do que estava aprovado ou se essas medidas permitiam dar algum tipo de folga. Até se podia dar o caso de se ter exatamente o mesmo plano que se previa ter, mas podia ser que isso tivesse um impacto positivo nas contas e que o município pudesse reforçar o seu papel no âmbito do combate a essa doença.

Gostaria de perguntar, ainda, a nível daquilo que eram as eventuais colaborações para além daquelas que já estavam em marcha e que eram públicas, se, no que dizia respeito aos empresários, especialmente do comércio e da hotelaria, se havia alguma perspetiva de se poder encetar algum tipo de nova colaboração para apoiar as empresas deste setor, que era

o mais fustigado e atacado e que tinha sido aquele que mais tinha crescido nos últimos anos em Setúbal.

Também queria saber se, no que dizia respeito às IPSS, nas suas diferentes vertentes - não só para aquelas que tinham lares, mas, também, para as outras que estavam a apoiar com a distribuição de apoio a diversos níveis -, se, para além dos apoios que já existiam, que eram públicos, que sabiam que existiam, se se previa entrar em algum tipo de outra fase, no que dizia respeito às medidas que tinham vindo a ser aplicadas por parte da Câmara Municipal, especialmente por causa do que tinha sido aprovado na Assembleia da República.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, como aquela era a última reunião antes de junho, tinha duas ou três questões que gostaria de perceber.

Em relação à Feira de Sant'Iago, queria saber o que é que já tinha sido decidido, face àquilo que era a incerteza do futuro, pois estava-se a atravessar um momento de desconfinamento, mas havia uma grande incerteza. Portanto, gostariam de saber se já havia uma decisão sobre a realização, ou não, da edição de 2020 da Feira de Sant'Iago.

Em relação à abertura da época balnear, sabia que haveria condicionalismos que não dependiam do município, que estavam ainda por definir pela DGS. Queria saber se já tinham alguma informação, se iam abrir dia 1 de junho, ou não, se iam abrir todas ou se iam abrir só algumas, se já existiam normas para o seu acesso e utilização, se o acesso manteria o sistema e os constrangimentos de lotação dos transportes públicos, se ia haver um reforço, enfim, se isso já estava decidido.

Em relação às medidas que a Sra. Presidente tinha anunciado, até na televisão, de que a Câmara iria gastar cerca de 500 mil euros em medidas - aliás, ia haver um reforço numa proposta que iriam votar mais tarde, do Fundo Municipal, em 250 mil euros -, gostariam de perceber, nesse meio milhão de euros, quais eram as verbas e o que é que estava alocado a cada ação.

Também gostariam de perceber qual era a situação que estava a decorrer em termos de distribuição das máscaras que o município tinha decidido - e bem - ceder à população e distribuir pela população. Havia muita informação, excesso de informação e desinformação. Havia pessoas a queixarem-se, outras a dizer que estava a funcionar muito bem. Gostariam de perceber, quanto a essas 80 mil máscaras, qual tinha sido o critério, porque havia soluções muito díspares na península de Setúbal. Havia municípios que ainda não tinham anunciado se iam dar alguma coisa. A Câmara do Seixal, por exemplo, tinha anunciado que ia dar um milhão de máscaras. Não sabia se tinha sido gralha, se seriam 100 mil, ou não, mas tinha saído um milhão e ninguém tinha desmentido. Era um valor significativo, porque, fosse como fosse, isso criava na população, de alguma forma, uma certa desconfiança do poder político: por que é que uns davam mais, outros davam menos, outros não davam nada? Em jeito de crítica à AMRS - até porque já uma vez ali tinham elogiado a AML, que a Sra. Presidente disse ter feito um trabalho fantástico -, não sabia se não deveria ser articulado entre os autarcas da península, de modo a haver uma certa coerência, se fosse possível fazê-lo. Cada município tinha a sua autonomia e fazia o que entendesse, mas o que era certo é que existiam estas disparidades e, depois, as pessoas desconfiavam.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que só tinha uma questão, na continuidade daquilo que o Vereador Nuno Carvalho tinha acabado de dizer: se havia a possibilidade, através da Proteção Civil ou dos Bombeiros, de fazer a desinfeção das instalações das IPSS. Tinha posto essa questão ao Vereador Carlos Rabaçal, na última reunião, e tinha-lhe sido respondido que havia empresas que trabalhavam nessa área, só que os custos eram elevadíssimos, andavam na ordem dos 900/1000 euros.

Não sabia se havia a possibilidade de se criar, através da Câmara Municipal, da Proteção Civil, uma plataforma através da qual isso se pudesse fazer. Não estava a falar da instituição que representava, não estava ali nessa qualidade, estava a falar de todas as instituições, das IPSS que trabalhavam na área social, que estavam quase todas elas na linha da frente do combate ao COVID-19, dando apoio aos seus idosos e às suas crianças. Era uma

necessidade premente para as instituições que iam reabrir algumas instalações que estavam encerradas e outras que continuavam a laborar, que tinham necessidade de fazer uma desinfeção das suas instalações.

Essa era uma medida que urgia fazer e os meios que as instituições, naquele momento, tinham disponíveis, eram muito poucos. Deixava esse alerta - que, no fundo, era também um pedido -, para que a autarquia, se pudesse, apoiasse da forma que entendesse e que fosse viável as instituições que, no concelho, trabalhavam com as famílias, com os idosos e com as crianças, que tinham estado sempre, desde a primeira hora, a dar apoio.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, em relação à distribuição das máscaras, se tinha esquecido de perguntar porque é que tinham optado por aquele meio de distribuição, concentrado em 6 ou 7 lugares, e não tinham utilizado outros meios. Não era adepto da distribuição massiva pelos CTT, mas, eventualmente, poderia haver outros “players” da rede social, ou, por exemplo, até as próprias Águas do Sado. Poderia ter havido outras soluções, pelo que gostaria de perceber porque é que tinham feito essa opção.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, em relação à questão da época balnear, na semana anterior tinha havido uma reunião nacional, com 81 entidades, para discutir esse problema. Fundamentalmente, a situação era de confusão e de ninguém saber exatamente o que fazer. A reunião tinha sido dirigida pela APA e pelo Ministério do Ambiente e todas as entidades tinham dito que quem tinha decidido o confinamento nas praias, os afastamentos nas praias, não sabia bem o que é que tinha decidido e que não era uma coisa fácil.

Tinham estado presentes os municípios, todos eles com uma grande perplexidade, e tinha percebido que Setúbal era distinto dos outros. Em relação à Costa Norte, à Costa Vicentina, às praias de Almada, ninguém conseguia fechar aquilo. Ninguém conseguia impedir o acesso, era uma coisa muito difícil. Havia uma questão de impedimento de acesso.

Houve quem dissesse que, se os concessionários, em vez de terem só aquele território, estendessem largamente o seu território, então haveria uma separação obrigatória pelas camas. Depois, perguntavam, quando acabasse o confinamento o que é que eles faziam às camas e aos guarda-sóis todos. Depois, diziam que se reduzisse muito as pessoas nas praias e havia quem dissesse que os concessionários nem abriam, não tinham massa crítica suficiente. Depois, houve quem dissesse que se podia duplicar os nadadores-salvadores e eles fariam mais, andariam a visar, mas a Associação dos Nadadores-Salvadores recusava-se a fazer isso, dizia que não era polícia, e a GNR e a PSP diziam que não estavam para isso, a Polícia Marítima dizia que não tinha meios e tinha dificuldades. Portanto, a coisa não estava nada fácil.

Tinha-se decidido recolher essas opiniões, tinha sido feita uma síntese dessa reunião, que também tinham recebido. A ata dessa reunião tinha vindo acompanhada de um inquérito, para responderem e darem sugestões de trabalho possível. Já tinham respondido e tinham dado sugestões, através da equipa do Valpraia. A Engenheira Fátima Nogueira tinha participado nessa reunião e tinha participado nesse processo.

Entretanto, tinham uma reunião no dia seguinte com a Polícia Marítima e outras entidades, para tentar clarificar a situação, mas a reunião tinha sido adiada para o dia 13. Naquele dia tinha tido uma reunião com a equipa de Coordenação Distrital de Combate à Pandemia e estava lá presente o comandante Dutra, que tinha dito que estava à espera de orientações para a atividade marítimo-turística, para a náutica de recreio e para as praias, porque não tinha qualquer orientação, e que, até lá, não fazia nada.

Portanto, a situação estava assim. As orientações chegariam até ao fim-de-semana e far-se-iam reuniões no dia 13, para aclarar as regras. Ia sair um conjunto de regras, não ia sair para tudo. Tinha recebido naquele dia as regras de limpeza e desinfeção de superfícies e ambientes escolares no contexto da pandemia, que tinha a ver com o início das aulas. Estavam a sair regras da DGS para tudo, portanto, também ia sair para as praias. Ia sair uma série de outros documentos e era em função disso que as coisas se iam organizar a nível das praias no seu todo. Naquele momento, o ambiente era esse.

Tinham uma vantagem que outros não tinham, a capacidade de reduzir o acesso à praia. Tinham 3 anos de experiência disso. Estava a ser feito um trabalho e era uma experiência que poucos pouco tinham. Ali ninguém tinha, só eles é que tinham. E, mesmo que quisessem fazê-lo, não era fácil fazer. Em algumas praias de Portugal podia-se fazer, algumas no Algarve, daquelas que tinham mais rochas, que eram mais fundas, mas, de resto, ninguém podia fazer o que eles faziam.

Estavam a tentar fazer um plano semelhante ao anterior mais mitigado, que estava a ser preparado e seria divulgado na hora certa. Ainda não estava definido nem fechado completamente. Depois, mantinha-se a dúvida se abriam só as praias vigiadas. Parecia que a tendência era essa e tínhamos algumas não vigiadas. Portanto, essas, eventualmente, não poderão abrir. Iam saber se era assim, ou não, ainda estava em discussão.

Depois, tinham, ainda, o problema do confinamento dentro da praia, o afastamento dentro da praia, quem controlava. Numa reunião de quase 2 horas, tinham tido uma explicação de quase 15 minutos da Polícia Marítima, a explicar porque é que não ia fazer esse trabalho. Todos tinham explicado as leis todas que os impediam de fazer isso e ninguém disse qual era o passo que se tinha que dar para que a lei permitisse que se fizesse isso.

Estava a dar o ponto da situação de uma semana atrás. Admitia que a coisa tivesse evoluído em termos de reflexão, mas só tinham respondido ao inquérito no dia anterior, o que queria dizer que só então toda a gente tinha respondido ao inquérito. Até à próxima semana é que iam avaliar as coisas e iam avançar com propostas. Estava convencido de que, como em todas essas situações, iriam encontrar uma solução. Melhor ou pior, haveria de se encontrar uma solução que ajudasse a proteger as pessoas e que permitisse algum uso da época balnear. Havia mesmo quem defendesse a época balnear de um mês. No fundo, era um mês e, depois, acabava-se, o que era uma coisa que não fazia muito sentido. Era só para terem uma ideia.

Em relação à nossa situação, depois daquela reunião muito grande tinha ficado com a sensação que não estavam nada mal em relação à visão da solução, precisavam só de uns ajustamentos. Também sabiam que, em Setúbal, a GNR não havia. Já tinham sido informados que não havia e que tinham que encontrar mecanismos diferentes para garantir a segurança pública ou segurança junto às baías. Já tinham informado que não tinham hipótese, não tinham meios, não tinham recursos. Para uma pandemia, em muitas áreas não tinham capacidade de responder como tinham feito nos últimos anos. Portanto, era um problema acrescentado.

Também sabiam que, naquele momento, estavam a ser feitos mecanismos de apoio que ainda não tinham sido publicados – pelo menos, até ao dia anterior não o tinham sido -, de apoio aos municípios no combate ao COVID, especificamente para os municípios. Admitiam que, se calhar, a despesa acrescentada que iam ter com segurança nessa solução das praias pudesse ser mitigada com a ajuda financeira que pudesse vir, mas tinham que esperar para ver o que é que era e quais eram os limites que existiam.

Naquele momento, o tipo de despesa que tinham com as atividades eram, sobretudo, despesas na área alimentar. Apoiavam em alimentação, com cabazes de compras, 1600 pessoas, mas isso ia crescer um bocado. Sabiam que, quer o "lay-off", embora não fosse das coisas mais dramáticas no concelho, quer o desemprego, quer, sobretudo, a atividade informal, que tinha ficado toda desfeita, quer muita atividade não registada da restauração, que não tinha acesso a subsídio de emprego, todas essas pessoas estavam com dificuldade.

Essa dificuldade estava a ser resolvida de duas maneiras: Primeiro, a posição do Governo de ninguém perder a casa. Não havia despejos e isso era uma vantagem muito boa, porque havia pessoas que não estavam a conseguir pagar as rendas das casas. Não estava a falar de habitação pública, estava a falar da habitação em geral. A outra medida que tinha sido tomada, do município em parceria com a Segurança Social, era que em Setúbal ninguém passaria fome.

Naquele momento, tinham montado um mecanismo que podia alimentar, numa primeira fase, até 2 mil pessoas e que podia ir às 5 mil. A Segurança Social, que se tinha atrasado ligeiramente no arranque, tinha recuperado e tinha decidido colocar, na sua capacidade de intervenção, mais 15 por cento na área alimentar. Já estava a caminhar para os 50 por cento de reforço na área alimentar e, até ao fim de junho, ia para os 100 por cento de reforço. Portanto, a lógica era de ninguém perder a casa e de ninguém passar fome.

Também se tinha montado um mecanismo de agilização do acesso ao RSI. Toda aquela área informal que tinha ficado sem emprego e sem qualquer tipo de apoio social, que não tinha apoio das redes normais, podia recorrer ao RSI e havia uma resposta em tempo recorde. Naquele dia tinha confirmado que isso estava a acontecer. Portanto, havia uma cobertura de muitos problemas que não ia haver.

Tanto quanto conseguia saber, Setúbal não era o município que tinha mais problemas, mas tinha, naturalmente, alguns problemas. Iam fazer uma reunião com a Segurança Social - tinham feito naquele dia com o Instituto de Emprego e Formação Profissional -, para fazer uma avaliação rigorosa da situação social, isto é, quem tinha perdido o emprego e quem tinha perdido rendimentos, para terem uma radiografia que lhes permitisse planear melhor, daquela semana para a frente, quais eram os apoios que tinham que meter mais no terreno – eles e a Segurança Social -, em termos de resposta.

Era evidente que o crescimento da resposta da Segurança Social fazia com que a intervenção do município ficasse naquela componente em que nada era elegível, em termos de mecanismos da Segurança Social. Havia situações sociais graves que não eram elegíveis pela Segurança Social para apoio complementar, do RSI ou de outra coisa qualquer. Uma família que tivesse 180 euros de RSI, nalgumas situações, podia não ter apoio complementar, porque já tinha RSI. Não podia ser, portanto, estavam a discutir isso. Nalguns casos já se tinha corrigido, noutros casos a Câmara complementava, porque essas pessoas tinham uma situação difícil e precisavam desse apoio.

A nossa despesa estava focada nisso e estava focada nos equipamentos de proteção individual dos nossos trabalhadores. Os nossos trabalhadores estavam a começar a regressar, naquele quadro de desconfinamento, de uma forma paulatina. As contas que tinham feito era que só o Município de Setúbal precisava, não estava a falar da população, de 300 mil máscaras, até ao final do ano, se fossem máscaras de um dia. Se fossem máscaras recicláveis, podiam ser menos. A dimensão era essa. Mais o gel, mais as viseiras - que, entretanto, já tinham -, mais outros equipamentos para os operacionais, a desinfeção das viaturas, a desinfeção dos balcões, a desinfeção das secretárias, a desinfeção dos edifícios. Era um processo que era muito caro e que ia levar muito dinheiro.

A Sra. Presidente tinha falado em 500 mil euros. Na altura, era o valor que tinham, mas esse valor, àquele ritmo, até ao final do ano, ia chegar a um milhão, se não mais. Se não, a Câmara parava. Se não tivesse mecanismos de defesa dos trabalhadores, não podia funcionar. Essa era uma realidade que os devia preocupar. Estava na compreensão de todos o esforço que estava a ser feito, num quadro de queda de receitas e num quadro de uma despesa suplementar que não estava prevista e que estavam a fazer e não tinham regateado esforços até aquele momento. Sempre que tinha sido preciso o apoio da Câmara, a Câmara tinha-o dado.

Em relação às instituições, havia uma relação de apoio às instituições feita através da Segurança Social. Tinha havido um momento em que as instituições tinham começado “a patinar” um bocado e, aí, tinham ajudado. A Segurança Social, entretanto, tinha entendido. Tinha nove instituições, as maiores, as mais ligadas à comunidade, que estavam a dar um grande esforço no terreno. Naquele momento, não havia problemas complexos das instituições que lhes tivessem sido reportados pela Segurança Social e que não fossem resolúveis. Não tinham instituições, IPSS, que estivessem agonizantes. Não havia situações desse género. Pelo menos, não lhes tinha sido reportado nada disso. As coisas, desse ponto de vista, até estavam a rolar bem, depois de uma fase de hesitação na resposta.

Em relação às questões das empresas, naquela manhã tinha havido uma reunião da AML para abrir uma linha de apoio às micro, pequenas e médias empresas, na qual também

4

estavam envolvidos. O que tinham feito, sobretudo, era uma grande campanha de esclarecimento às micro, pequenas e médias empresas, através do Gabinete de Apoio ao Empresário do Município de Setúbal, que existia desde 2002, que tinha uma forte relação com o tecido empresarial e cuja função – a Vereadora Eugénia podia dar uma nota mais clara disso - era esclarecer, mobilizar, orientar, ajudar, apoiar a ir buscar as linhas que existiam. Tinha sido esse, sobretudo, o nosso papel. Agora, eventualmente, iam ter parceiros num processo de apoio às micro, pequenas e médias empresas, através de uma verba que havia de vir e que estava em discussão, da CCDR e na AML. Portanto, era isso que podia dizer sobre essa matéria.

Em relação às máscaras, tinha sido uma decisão de dar uma ajuda a quem precisava. No fundo, era um bocado disso, não era uma difusão massiva de máscaras. Não se tratava disso, trata-se de tentar ajudar quem mais precisava. Quem se dava ao trabalho de ir buscar as máscaras era porque precisava delas. Essa era a lógica. Inicialmente, tinham pensado mandar pelo correio, mas, depois, os correios tinham-lhes chamado a atenção que havia muitas moradas que não tinham ninguém e havia moradas erradas. Às tantas, iam mandar para casas vazias um bem que era precioso e raro. Então, tinham decidido entender-se com as juntas de freguesia e cada junta tinha definido os espaços que pensava que eram adequados. Tinha-se definido um espaço na Câmara e as juntas tinham definidos os seus espaços. Tinha tido uma perturbação inicial, porque a procura tinha sido surpreendente. Não estavam à espera de tanta procura e a entrega pela empresa não respondia à procura. Então, tinham decidido que, para as pessoas que não recebessem máscara na hora, ficavam com a morada e iam mandar, para não terem que se deslocar outra vez. O processo estava a entrar em velocidade de cruzeiro e a andar bem. Não havia nenhum problema. O “feedback” que tinham das pessoas era de satisfação por aquela ajuda da Câmara, embora não resolvesse o problema das máscaras às pessoas.

Não sabia se o milhão de máscaras de Seixal era verdade ou não, mas, se fosse verdade, daria meia-dúzia de máscaras por cada munícipe. Tinha que se pensar na dimensão que isso tinha. Um milhão de máscaras, lá, seriam seis máscaras por munícipe e uma família era uma família. Portanto, era só fazer as contas. Só para verem a dimensão daquela matéria, só para a Câmara, 1700 trabalhadores, precisavam do equivalente a 300 mil máscaras de um dia.

O Governo já tinha dito que ia colocar um milhão de máscaras sociais por dia no mercado. Tinha posto uma série de empresas a trabalhar e tinha-o anunciado. Não sabia se isso ia acontecer, mas esperava bem que acontecesse, porque, se assim não fosse, era muito difícil. Naquele momento, no mercado das máscaras, continuava a “caça à máscara”, o que era terrível. Portanto, essa era uma ajuda da Câmara, não tinha outro significado que não o de ser uma ajuda a quem mais precisava. Era essa a ideia. Tinha tido uma perturbação inicial entre a oferta e a procura. Já tinha estabilizado e, quando esgotasse, esgotava. Iria haver pessoas que diriam que para elas não tinha havido, mas a Câmara não ia continuar a oferecer máscaras todos os dias. Quando acabasse o lote, acabava.

Em relação à desinfeção, as Forças Armadas estavam a fazer uma desinfeção nas escolas do terceiro ciclo e do secundário. No nosso grupo distrital avaliavam isso e consideravam uma grande operação de “show off” psicológico. As escolas estavam fechadas, não tinham vírus, segundo o que dizia a Saúde Pública. Era um “show off” psicológico, mas tinha uma parte positiva. Iam fazer essa desinfeção global e iam fazer ações de formação para as pessoas das escolas - o Vereador Ricardo, depois, falaria melhor sobre isso -, para a continuação daquilo que era essencial, que era a desinfeção quotidiana dos equipamentos, das secretárias, das portas, dos tampos, lavar as mãos, usar máscara. Iam trabalhar, mas, para isso, havia já regras, definidas pela DGS, acerca do que é que cada escola tinha que fazer, cada aluno tinha que fazer, cada pessoa tinha que fazer. Estava tudo esclarecido. Ia haver essa operação, mas o que interessava mesmo era o dia-a-dia da escola. Era isso que ia resolver, porque a desinfeção era feita num dia e no dia seguinte podia estar tudo infetado e não se ia fazer outra desinfeção geral igual.

Quanto às instituições, o que se estava a fazer era a desinfeção nas situações em que fosse encontrada razão objetiva para desinfetar, senão a desinfeção geral de edifícios também era mais psicológica que outra coisa. Tinham essa capacidade instalada nos bombeiros. Não sabia se já tinham aberto uma linha de apoio para as instituições, mas já tinham discutido a abertura dessa linha de apoio. Ia ver e, depois, comunicava. Iam publicitar essa hipótese, porque tinham dois equipamentos nos bombeiros e tinham uma equipa de combate de risco químico. Não era preciso um grande equipamento de proteção, mas eles tinham os equipamentos, tinham tudo. Era uma atividade que podiam oferecer a todas as instituições de caráter não lucrativo, sem exceção. Isso era possível e iriam fazê-lo.

Também estavam a trabalhar noutras linhas de desinfeção, para a própria Câmara, que podiam, em determinadas circunstâncias, ser úteis para outras instituições. Chamava a atenção das instituições para a necessidade de fazerem uma desinfeção capaz das viaturas. Havia, naquele momento, uma possibilidade, através da ozonização, com pequenos equipamentos, que não custavam muito dinheiro, e que, em minutos, numa viatura fechada, desinfetavam tudo sem ser preciso andar a limpar. Era uma linha de grande resposta, a desinfeção global, até de equipamentos. Dava para tudo e, com 1200 euros, estava feito. Trabalhava a eletricidade e não tinha produtos. Transformava oxigénio em ozono e matava tudo, abria-se e regressava o oxigénio. Era um esquema interessante e de uma eficácia muito grande. Quanto à questão que tinha sido colocada, tinham essa hipótese, mas era por nebulização.

Em relação aos comerciantes, tinham desenvolvido uma série de linhas de apoio, que tinha sido isentar as esplanadas, mas as pessoas já conheciam o que a Câmara tinha feito. Quanto a outro tipo de apoios, a resposta era que estavam a “*casar-se*” com a CCDR e com a AML, para encontrar esses caminhos de apoio em que a Câmara era, obrigatoriamente, parceira. Era essa a lógica. Era esse o caminho que estavam a fazer. Tinham feito uma reunião naquela manhã e ia haver outra naquele dia, para fechar esses assuntos.

Assim, rapidamente, o que podia dizer era que estava a ser feito um grande esforço de resposta à pandemia. Setúbal, naquele momento, do ponto de vista da sua atuação, das medidas que tomava, das soluções que encontrava, da forma como se tinha organizado, tinha tido referências positivas do conjunto do distrito, de uma forma bastante regular. Isso dava-lhes uma grande satisfação, mas que todos sabiam que o que era verdade num dia, em termos de infeção, no dia seguinte podia ser mentira. Bastava um caso ou dois casos, num lar ou noutro lar, para rebentar com os números, dar cabo disso tudo. O nosso problema não eram os números, era mesmo garantir que as pessoas não se infetassem, pela saúde delas, não tanto pelos números. Era só isso.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que agradecia as informações, que tinham sido dadas de uma forma bastante detalhada, mas tinham-lhe ficado algumas preocupações, que eram transversais ao resto do país e que se aplicavam, também, ao caso do Município de Setúbal.

Para além dos focos que eram as praias, com os quais, naturalmente, muita gente estava preocupada com a época balnear, o bom tempo também convidava à utilização de outros espaços. Quando o Sr. Vereador Rabaçal disse que a GNR tinha dito que não ia ter mãos a medir - não sabia se, porventura, a PSP tinha dado alguma nota nesse sentido, ou não -, bastava pensarmos no Bonfim. Se as pessoas não fossem à praia, se fossem ao Bonfim, iriam ter exatamente o mesmo problema no Bonfim. Se as pessoas se estendessem na relva e não respeitassem o afastamento seria o mesmo problema que na Praia da Saúde. Portanto, a questão era se, efetivamente, essa incapacidade da PSP e da GNR era só para as praias ou se estendia a outro tipo de focos que podiam vir a ter, porque isso era relevante.

Também queria perguntar algo que tem sido um problema transversal pelo país fora, infelizmente, especificamente com os bombeiros voluntários. Os bombeiros voluntários, pelo país fora, tinham todos tido falta de apoio. Não sabia se o equipamento de proteção de que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha falado incluía também, ou não, porventura, algum tipo de parceria com os bombeiros voluntários, por duas razões. Uma, os bombeiros voluntários - e acreditava que o caso de Setúbal também não era exceção - tinham todos tido uma quebra

de receita, porque o transporte de doentes tinha descido, mas era um tipo de capacidade instalada que não se podia diminuir, portanto, tinha que continuar. Não sabia se, no caso do Município de Setúbal existia essa dificuldade acrescida, ou não, mas, para além disso, sempre que era necessário, eles, naturalmente, que tinham um contacto muito semelhante com outros tipos de risco e não podia ser ignorada essa preocupação. Portanto, os meios que eram alocados para os bombeiros voluntários eram importantes nessas duas vias. Daí que, como o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha falado nessa proteção, perguntasse, particularmente, sobre essa associação.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, em relação aos mais diversos hipotéticos focos de infeção, havia uma dificuldade, que ainda naquele dia tinha sido colocada pelo Major Serra. A GNR não ia deixar de fazer coisas. A GNR estava no limite da sua capacidade de fazer coisas e uma das razões pelas quais ia entrar no seu limite imediato era por causa dos fogos florestais. Portanto, naquele momento, estavam com a pandemia e tinham o problema das praias e o problema dos fogos. Ainda naquela manhã tinham discutido aquele assunto a nível distrital. Naquele momento, estava a ser montado todo o sistema de combate aos incêndios e era uma máquina poderosa. Essa máquina poderosa estava, numa percentagem brutal, focada na pandemia. Iam ter que dividir esforços.

A GNR estava na vigilância de uma forma muito acentuada e era, no Estado Português, a entidade que fazia vigilância da floresta. A GNR tinha tido que desviar meios e recursos para essa reta final da limpeza, da fiscalização e da multa e do acompanhamento e da vigilância concreta dos fogos.

Em relação aos outros focos, o que diziam as forças de segurança - e era verdadeiro - era que, na situação de calamidade, as forças de segurança tinham uma intervenção dissuasora. No estado de emergência eram dissuasores e coercivos, na situação de calamidade eram dissuasores. Se não houvesse comportamentos incorretos, indelicados dos cidadãos, a GNR e a PSP não podiam fazer nada. O que queria dizer que o que estava em cima da mesa, naquele momento, era a necessidade - também já tinham avaliado isso - de uma campanha cívica brutal, de sensibilização das pessoas para um comportamento cívico adequado. Em Setúbal, tínhamos, felizmente, um bom resultado até àquele momento. Iamos ter que insistir, no país todo ia ter que se insistir. Iamos ver se o resultado continuava a ser bom, mas uma coisa era ser bom quando se sabia que se não se fizesse se "levava", outra coisa era saber que se fazia e não acontecia nada, desde que não se portasse mal.

Naquele momento, estavam num terreno mais "movediço", em que o apelo à consciência cívica era absolutamente central. Daí essa questão dos parques e jardins ter que ser por aí. Podiam ter patrulheiros a falar, mas as pessoas faziam o que entendiam. Essa era a questão dos vários focos.

Em relação aos bombeiros, os bombeiros voluntários estavam, desde a primeira hora, envolvidos em tudo. Os nossos bombeiros, felizmente, não tinham uma dependência tão grande quanto outros. Aliás, o transporte de doentes dos nossos bombeiros voluntários era residual no conjunto do seu orçamento. Por isso, não tinham sofrido tanto quanto os outros, em termos orçamentais. Estavam a ter um apoio tremendo da população, em todo o lado, e iam ter duas linhas de apoio para várias áreas do seu funcionamento. Infelizmente, eram coisas que, pessoalmente, não eram as mais adequadas, porque eram uma entrega antecipada de verbas, não era a fundo perdido, que seria recuperada mais tarde, e uma linha de crédito bonificada, que eles tinham que pagar depois. Iam entrar na época de fogos e os bombeiros voluntários eram aqueles que davam o corpo inteiro nos fogos e, nessa altura, haveria verbas suplementares de apoio para a sua atividade. Portanto, podia ser que, por aí, a coisa se equilibrasse.

Tinha falado com colegas seus, de outros municípios, e sabia que tinham andado a "sustentar", a manter abertas algumas corporações de bombeiros voluntários, que dependiam em 90 por cento do transporte de doentes. Aqui, não tínhamos essa situação. Os nossos bombeiros estavam muito equilibrados, estavam a trabalhar bem, estavam a preparar-se para os fogos como ninguém, estavam a participar em tudo o que era preciso. Tinha estado com

eles na semana anterior, com o comandante e com a equipa que estava de serviço, e estava tudo bem. Não se passava nada, eles tinham muitos apoios suplementares e alimentares. Naquele processo, havia muita gente a querer oferecer coisas e aos bombeiros ofereciam mesmo. Isso resultava bem em termos alimentares e de outros bens, apoios, etc. A coisa estava a funcionar. Portanto, queria deixar claro que os nossos bombeiros voluntários não estavam com problemas graves. Estavam com a vida normal, com as dificuldades normais de uma associação, mas estavam num nível de estado de prontidão bom e com capacidade de resposta, como precisavam. Eles estavam nessa base.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Perguntou ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal, a propósito da linha de apoio que ia ser criada, se a mesma ia ser criada pelo Município, pela Segurança Social - visto que as instituições dependiam quase todas da mesma - ou se era da Proteção Civil. Gostaria de saber como é que iria funcionar a linha de apoio para a desinfeção de instalações.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Respondeu que era uma linha de apoio da Câmara Municipal de Setúbal - Companhia de Bombeiros Sapadores.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, por aquilo que tinha percebido ao longo do período de pandemia, ainda bem que as entidades se estavam a entender e funcionavam bem. Parecia-lhe que o Município Setúbal tinha sido um município onde as entidades todas tinham funcionado e se tinham articulado de uma forma muito positiva, quer a Saúde, quer a Segurança Social, quer a Câmara Municipal. Era importante registar também isso. Era importante, naquela fase controlada e difícil, que as entidades se entendessem, para bem das populações. Os apoios que eram dados às IPSS, às instituições que estavam no terreno a trabalhar, era fundamental, fosse através dessa ligação, dessa articulação entre todas as entidades, fosse através de uma entidade só. Podia a Segurança Social ou a Câmara Municipal, para eles era indiferente.

Sabia que também havia empresas que se tinham juntado e tinham feito algumas parcerias interessantes. O Politécnico com a Ermelinda Freitas, por exemplo, para o álcool-gel, o José Maria da Fonseca, também. Era importante perceberem como é que se chegava a esses produtos de proteção individual, de segurança para as instituições, se eram para o Município, se eram para a Segurança Social, se eram para os bombeiros. Gerava-se alguma confusão. Representava a União das Mutualidades Portuguesas no distrito de Setúbal e, nas reuniões que tinha tido com a Segurança Social, também tinha posto essas questões. Eram questões que tinham sido levantadas por associadas da União. Era importante que houvesse uma divulgação mais assertiva, mais clara, daquilo que se fazia efetivamente. Não importava quem fazia, importava, sim, a quem chegava e a forma como se podia fazer chegar os pedidos. Às vezes, essa informação não chegava da melhor forma. Portanto, era importante que se fizesse essa informação de uma forma clara, fosse através do Município, fosse através da Segurança Social ou de outros meios. Era só isso que queria deixar registado.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Disse que, ainda em relação às máscaras, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha falado em 300 mil máscaras só para os funcionários da autarquia e queria saber se estava contabilizado o pessoal que estava nas escolas. Em Setúbal, à partida, se não lhe falhava a memória, só havia uma escola de 1.º ciclo que era uma escola de acolhimento, porque as outras eram todas as sedes de agrupamento, em que, à partida, estariam as funcionárias do ministério de serviço e não as da autarquia.

A questão era se, sendo essa a única escola de 1.º ciclo com funcionárias – tinham funcionárias do ministério e tinham funcionárias da autarquia, distribuídas pela cozinha e pelo Jardim de Infância e algumas -, essas funcionárias iriam ter oportunidade de receber as máscaras para sua proteção pessoal, incluindo as cozinheiras, que, apesar de serem funcionárias da autarquia, estavam a prestar um serviço na escola, protocolado com uma empresa que fornecia produtos alimentares, incluindo os produtos de higiene? As máscaras,

luvas e outro tipo de produtos de higienização da própria cozinha, de acordo com a pandemia, estavam contemplados? Eram eles que forneciam, era o agrupamento que comprava ou a Câmara que fornecia? Havia uma certa dúvida em relação a isso.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que a resposta que no concelho tinha sido dada, no quadro daquilo que tinha ficado previsto, tanto no apoio a refeições escolares como a escolas de acolhimento, tinha sido feita em cooperação estreita entre os agrupamentos de escolas, todos os envolvidos, e o Município. Tinha sido acordado com todos os Diretores de Agrupamento e tinha-se assumido que os funcionários que iriam estar disponíveis para o serviço de refeições e para o acolhimento seriam todos os funcionários, tanto do Ministério da Educação como do Município, numa escala de rotatividade para todos.

Havia ligeiras diferenças, porque em alguns agrupamentos isso seria feito rotativamente por todos. Havia um ou outro que usava a especificidade de, se o acolhimento fosse de Jardim de Infância, dirigir para funcionários ligados ao Jardim de Infância, partilhados entre os do Ministério e os do Município. Se fossem de 1.º ciclo ou de 2.º ciclo já encaminhava para funcionários só do Ministério, mas havia outros agrupamentos que faziam a rotação de todos. Tinha sido tudo acordado numa lógica de cooperação entre todos, tal como no serviço de apoio às refeições, em que tinham duas situações. Tinham as refeições para as crianças de Jardim de Infância e de 1.º ciclo, que eram fornecidas pelo Município, e as outras, do 3.º ciclo e do secundário, que eram fornecidas pelas empresas com quem a DGESTE, em cada agrupamento, tinha contratado.

Entretanto, asseguravam, em cooperação com os agrupamentos, que todos tinham equipamento de proteção individual concreto, luvas e máscaras, nos casos em que isso era adequado, e aventais, nos casos em que era adequado. Admitia que pudesse, num ou noutro momento, haver alguma situação, não de carência, mas de não avisar de falta. Procuravam estar sempre em cima e já se tinha feito, inclusivamente, procedimentos em que um agrupamento tinha uma encomenda de equipamento de proteção individual que ainda não tinha chegado, que estava em falta, tinham pedido e tinham-lhes emprestado. Tinham resolvido todas as situações que lhes tinham sido colocadas.

Tinham uma dúvida, formalmente, na interpretação deles, caberia ao Ministério da Educação assegurar o equipamento de proteção individual de todos, porque não era um serviço de Jardim de Infância. Naquele momento, não estava um serviço de Jardim de Infância em funcionamento, não estava um serviço de 1.º ciclo em funcionamento, estavam escolas de acolhimento, uma por agrupamento, que podiam até ser usufruídas por crianças ou jovens que não fossem desse agrupamento. Nesse sentido, deveria ser fornecido, mas eles estavam a dar essa resposta, podendo haver uma ou outra situação que, entretanto, não lhes tivesse chegado, mas seria sempre acolhida e resolvida de imediato.

Tinham a dúvida de como é que iria funcionar no futuro, com a abertura do pré-escolar no dia 1 de junho, porque ainda não tinham saído quaisquer instruções sobre a mesma. Para já, estavam a planear e iam ter, na segunda-feira seguinte, naquela sala, uma reunião com todos os diretores de agrupamentos e escolas não agrupadas e escolas profissionais do concelho, para fazerem e manterem a articulação com todos.

Aproveitava para fazer referência a uma situação que não tinha sido colocada, mas que iria ser colocada pela abertura do pré-escolar no dia 1 de junho. Como era sabido, o Centro de Testes estava a funcionar na Escola Básica dos Arcos, que tinha duas salas de Jardim de Infância, de pré-escolar. A situação estava a ser organizada em articulação com o ACES Arrábida e com o Laboratório de Germano Sousa, para que a Escola dos Arcos, com tempo, fosse libertada e que tivesse, pelo menos, duas semanas para poderem ser feitas higienizações necessárias, profundas, para garantir a segurança e a utilização do espaço pelas crianças nas suas salas. Estava-se a procurar encontrar outro espaço para, havendo necessidade, manter o Centro de Testes em Setúbal.

Sra. Vereadora Sandra Gomes - Disse que aquilo que o Sr. Vereador Ricardo Oliveira tinha dito acerca do sistema de rotatividade era verdade. Também concordava com o facto de estarem a desempenhar funções nas escolas e de serem todas “iguais”, porque não havia diferenciação se eram do Município ou do Ministério. Também concordava com isso e era isso que estava a ser feito, bem como o sistema de rotatividade.

A questão continuava a ser que as máscaras, sem dúvida, eram um problema que existia, porque senão eram reutilizáveis, eram descartáveis. Utilizam-nas 3 ou 4 horas, no máximo, e, depois, deitavam-nas fora. Portanto, era, realmente, um gasto enorme. A pergunta continuava a ser a mesma: Independentemente de haver cooperação entre as partes, queria saber quem é que deveria, naquele momento, fornecer máscaras para o pessoal. Estavam a cooperar, mas não se sabia como é que ficava o pessoal da cozinha.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que o que tinha referido tinha sido que o entendimento que tinham era que devia ser o Ministério. O pessoal do Município que estava na cozinha, a fornecer refeições para o 1.º ciclo e para o pré-escolar, tinha todo esse equipamento, desde máscaras a toucas, a luvas e a aventais, e o pessoal que estava nos vários serviços deveria ter todo esse equipamento. Na opinião deles, em cada um dos agrupamentos esse equipamento deveria ser fornecido pelos agrupamentos, embora resolvessem e cooperassem relativamente a isso, procurando garantir – era um princípio que tinham - que não podia haver um trabalhador sem equipamento.

No que estavam a planear relativamente ao período a partir de 1 de junho, a ideia que tinham era de ter equipas em permanência a correr os vários pré-escolares, para observar como é que estavam a ser cumpridas as regras, e, se vissem trabalhadores sem equipamento de proteção individual, mandá-los-iam para casa, porque eles tinham a responsabilidade de o ter e iam-lhes fornecer. Portanto, a preocupação era essa, ou seja, a questão da segurança tinha que estar garantida. A partir de 1 de junho, no entendimento deles, os assistentes operacionais eram da responsabilidade da Câmara e o restante pessoal devia ser da responsabilidade do Ministério da Educação.

Sra. Vereadora Eugénia Silveira – Disse que queria dar umas notas sobre o que tinha sido a ação de apoio às empresas, ao nível do atendimento dos empresários. Durante o período do Estado de Emergência, o Gabinete de Apoio ao Empresário não tinha deixado de fazer o atendimento aos empresários, tendo feito para cima de sete dezenas de atendimentos não presenciais, como era evidente.

As medidas de apoio para o comércio e para a restauração tinham sido as isenções das taxas de ocupação de via pública e, também, as isenções das rendas aos estabelecimentos pertencentes à Câmara Municipal de Setúbal.

Tinham, também, uma estreita relação com as associações empresariais, que tinham sido contactadas e que lhes tinham facultado contactos mais diretos, “links” e outros canais de comunicação, para que os empresários pudessem ter toda a informação necessária.

Na comunicação com o tecido empresarial, o GAE também tinha enviado, para todas as empresas do concelho, que eram cerca de 6 mil, informação diversa, como as medidas de apoio à economia, as regras de combate ao COVID-19, fossem locais ou nacionais.

Quotidianamente, também eram publicados, nos diversos meios do Município, outras informações complementares, que estavam sempre a ser atualizadas. Inclusivamente, para a Zona Ribeirinha, aquando da medida do “não acesso”, os condicionamentos de trânsito também tinham sido reportados e tinham sido informados de toda essa situação, assim como também seriam informados quando fossem levantados esses condicionamentos, evidentemente.

A Plataforma de Apoio ao Empresário “Fazemos a Ponte” tinha sido uma plataforma que tinha sido criada na página oficial do Município na Internet. Era atualizada diariamente e disponibilizava todas as medidas de apoio à economia, fossem nacionais ou locais, informava de todas as medidas de incentivo e linhas de crédito ou candidaturas existentes. Portanto, era

uma página que, realmente, tinha dado muito apoio aos empresários a esse nível, de todos os apoios que existiam.

Também o *“O que É de Setúbal Vai Parar à Sua Mesa”* tinha sido a criação de uma iniciativa muito interessante, para as micro e pequenas empresas e para os consumidores. Era sabido que tinha havido muitas empresas a fazer *“take away”* e essa iniciativa estabelecia a informação de *“take away”* e entregas na área da restauração, pesca, hortofrutícolas, padarias, talhos, mercados, farmácias, entre outros.

O *“Alimente Quem o Alimenta”* também era uma campanha de apoio de valorização aos circuitos curtos de comercialização a partir dos mercados municipais, que incluía, essencialmente, a pesca e a agricultura, também tinham sido divulgadas, com pequenos filmes, a alguns dos nossos comerciantes, que tinham estado a promover os nossos mercados municipais e esses circuitos que podiam ser utilizados.

Sinteticamente, isso era o que tinha a dizer sobre as empresas. Naquele momento, também já estavam a trabalhar e a divulgar as medidas e as boas práticas para a retoma.

Também ao nível dos apoios às empresas, tinham informação muito recente, do dia anterior, que tinham divulgado às empresas, que eram as linhas de apoio à economia que eram geridas pela banca, no montante de 6,2 mil milhões de euros. Ao nível da restauração e similares, do alojamento e *“rent-a-car”*, agências de viagens, animação turística e organização de eventos, tinha havido uma verba de 200 milhões de euros e a linha encontrava-se encerrada, porque já tinham sido esgotados os 200 milhões de euros. No apoio à atividade económica, a linha tinha tido 4,5 mil milhões de euros e também já se encontrava encerrada. Apoiava a agricultura, a indústria e serviços e as empresas já tinham conseguido esgotar essa linha. Teria que haver outras, com certeza.

Quanto à linha de apoio à tesouraria para microempresas do turismo, tinham conhecimento que, dos 60 milhões de euros do fundo gerido pelo Turismo de Portugal, só estavam disponíveis 16 milhões de euros, naquele momento. Relembra que o apoio às microempresas era para empresas com menos de 10 trabalhadores, os tais 750 euros que os trabalhadores podiam ter durante 3 meses.

Em Setúbal tinham sido aprovadas 45 candidaturas de empresas e estavam em análise 5 candidaturas, num total de 50, se essas 5 passassem, o que era equivalente a um apoio atribuído de 353 mil euros, para 157 postos de trabalho. Esses eram os valores de que tinham notícia. Só para dar um exemplo, o *“lay-off”* já tinha sido apoiado em mais de 100 mil empresas, o que se traduzia em 1,2 milhões de trabalhadores a nível nacional que estavam em *“lay-off”*.

Eram números um pouco complicados, a fonte era do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, mas era de focar os nossos números. Só em Setúbal tinham sido aprovadas candidaturas de 45 empresas. Iam ver se, nos 16 milhões que ainda restavam, ainda conseguiam ter mais candidaturas aprovadas.

Sra. Presidente – Disse que queria dar algumas informações complementares. A lista ia longa e, para começar, queria dizer que Setúbal tinha sido um bom exemplo.

Tinha havido, de facto, uma excelente coordenação, quer dentro do Município, com toda a gente, quer fora. Tínhamos a Coordenação Distrital e, portanto, tínhamos essa responsabilidade e tínhamos uma excelente relação, porque, senão, quem perdia eram aqueles que tinham que ser beneficiados.

Se houvesse uma má relação quem perdia eram aqueles que estavam no meio. Costumava dizer-se que *“quem se lixava sempre era o mexilhão.”* Portanto, num momento daqueles, nem pensar. Tudo fariam para que a coordenação fosse, de facto, uma coordenação responsável e idónea, que corresse bem, que era para ninguém sair melindrado. Já bem bastava aquilo que não chegava, aquilo que, às vezes, se publicitava e não acontecia. Isso é que os preocupava.

Não estavam a acusar ninguém, porque ninguém estava preparado para uma coisa daquelas. Em todos os degraus da responsabilidade, toda a gente estava a aprender. Se se dizia para fazerem assim ou assado, podia-lhes tocar a eles e não tinham a veleidade de dizer que eram

os maiores ou que Setúbal estava na crista. Tinha sido apontado por muita comunicação social que isso estava a acontecer e, no dia seguinte, podia, involuntariamente, acontecer-lhes uma coisa qualquer e a crista vinha por aí abaixo.

Às vezes, não era que quisessem, ou não, fazer isto ou aquilo, acontecia. Podia acontecer qualquer coisa correr mal. Esforçavam-se todos os dias, a toda a hora, todos os minutos, para que nada corresse mal, para que pudessem ajudar os outros, quer na coordenação, quer no trabalho, quer na parte prática, de estarem ali, ativamente, a fazerem o melhor que sabiam. No dia seguinte, podia alguma coisa correr mal e, portanto, não valia a pena não terem a humildade de reconhecer que, um dia, alguma coisa podia correr mal. Podia correr a todos.

Quando dizia que já bem bastava não haver resposta, às vezes não era que quem quisesse dar a resposta não a quisesse dar. Não era o momento de culpar fosse quem fosse. Às vezes, naquela engrenagem, as coisas não corriam bem, ou porque os bancos estavam à espera da resposta do banco central ou porque não havia orientação para qualquer coisa ou porque a lei ainda não tinha sido feita ou não tinha sido regulamentada ou porque não havia liquidez ou porque o Governo pensava que podia ajudar e dizia que podia ajudar e, depois, os degraus para baixo não conseguiam pôr aquilo a funcionar como devia ser.

Estavam todos a aprender e só esperava que nunca mais tivessem que pôr em prática aquilo que tinham aprendido. Se tivesse que ser, aprendiam mais, sabiam mais, pelo menos aquilo que não haviam de fazer, se corresse mal, ou aquilo que haviam de fazer, se corresse bem e tornar a fazer melhor. Esperava que nunca mais houvesse uma situação daquelas.

De facto, relativamente a Setúbal, orgulhavam-se das instituições que tinham trabalhado muito bem, com um grande empenho, dos munícipes, com tentações tão grandes como aquelas que tinham nas praias. Mesmo que pudessem ser delimitadas, podia ter havido gente mais indisciplinada. Tinha havido alguns, mas tinham sido muito poucos. Tínhamos as praias com capacidade, podiam tê-las limitado, mas, mesmo assim, podia ter havido mais indisciplinada. Tínhamos uma serra fantástica, podia ter havido mais indisciplinada, mas não tinha havido. Tínhamos tanta coisa que era uma tentação para aguentar, todos e cada um aguentaram.

A disciplina não era a cem por cento. Havia sempre uma ou outra pessoa que, às vezes, até em desespero, dizia coisas que não devia. Tinham ouvido coisas que não lhes passavam pela cabeça, por exemplo, em relação à distribuição das máscaras, como se fosse só obrigação da Câmara. Não era obrigação da Câmara, sentiam esse dever moral. Não era obrigação, não estava escrito em lado nenhum. Também estavam a aprender a fazer isso. Tinham decidido.

Como já era do conhecimento de todos, tinham tido um contacto dessa empresa para fazer essas máscaras e tinham procurado apoios mecenáticos. A Águas do Sado tinha dado uma parte, mas muito abaixo daquilo que gostariam que tivesse sido e a APSS tinha dado outra parte, mas, também, muito abaixo. A Águas do Sado tinha dado 20 mil euros, que tinha adstrito aos Jogos do Sado e, como os mesmos não se tinham realizado, tinha alocado essa verba àquela iniciativa e a APSS tinha dado 5 mil, mas era uma ajuda.

As freguesias tinham feito um trabalho fantástico. Tinham distribuído pelas freguesias muitos voluntários. Muitos desses voluntários tinham à sua responsabilidade pessoas que acompanhavam, fosse para entregar medicamentos e ou bens alimentares, que, depois, essas pessoas pagavam, uns porque não convinha e outros porque não podiam deslocar-se das suas habitações. Eram esses voluntários que todos os dias lhes telefonavam. Cada voluntário tinha à sua responsabilidade "x" pessoas, a quem todos os dias telefonavam a perguntar se precisavam de alguma coisa.

Independentemente disso, havia a distribuição de cabazes alimentares que eram pagos pelas juntas e pela Câmara. Eram 1400 pessoas que eram "tocadas" por esses cabazes alimentares, pagos pela Câmara e pelas juntas.

As juntas já não tinham podido pagar aquilo e, portanto, tinham decidido fazer esse "kit" e mandar para casa de cada pessoa. Tinham alterado porque o senhor vereador, de uma forma muito responsável - no momento que vivíamos, era uma boa forma de fazer e ser positivo, de ajudar. Era um setubalense, mas podia não ser setubalense, era um setubalense, era um vereador, era um deputado -, tinha tido uma atitude muito responsável, que tinha sido pegar



no telefone e dizer: “- Sra. Presidente, há a distribuição das máscaras, que eu saúdo, mas há um problema. Levantou-se uma questão - uma polémica, por assim dizer -, é que as máscaras podem não estar certificadas e, mesmo estando certificadas, só podem ser lavadas 5 vezes.”

Tinha ficado de ver o que é que se passava, tinham perguntado à empresa e tinham ali a certificação das máscaras. Depois, podia dar fotocópia desse certificado. As máscaras estavam certificadas pelo CITEVE e tinham o selo 4898 de 2020 do CITEVE. Cada “kit” tinha três máscaras reutilizáveis, com as normas de uso. O problema era que, à data da encomenda da produção das máscaras (23 de abril) estava aprovada a lavagem até 50 vezes, de acordo com certificado que ali estava. Porém, tendo em conta o tipo de utilização adequado, conforme explicava o manual de normas de cada “kit”, no dia 30 de abril, o CITEVE tinha atualizado as fichas técnicas das máscaras, conforme constava no “site” daquela entidade, relativamente às lavagens, podendo ir, no mínimo, de 5 até 50.

A empresa que estava a produzir as máscaras para o nosso município e para outras entidades - por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia - tinha voltado a submeter, no dia 4 de maio, um novo pedido de testes de lavagens às máscaras, estando a aguardar a confirmação ou a atualização dessa informação. Só que, como já estava anunciado, tinham distribuído as máscaras e não tinham querido perder mais tempo. Cada dia era importante, mas estavam à espera disso, para, depois, porem no nosso “site”, para informar as pessoas acerca do resultado que viesse.

Aproveitava para saudar a atitude do Vereador Nuno Carvalho, por ter levantado essa questão, que era muito pertinente. Por isso tinha entendido explicar à sua frente o que é que tinha acontecido e o que é que estava a acontecer, só para informação de todos, e só depois falar, então, na distribuição.

Aquele “kit” era para ter ido por correio e tinham tido informação, através dos CTT, de que havia 60 mil caixas de correio. A distribuição estava extremamente atrasada ponto e as 60 mil caixas de correio podiam não representar, em alguns sítios, pessoas que moravam cá, mas, sim, pessoas que tinham segunda habitação. Por exemplo, em Azeitão e, até, na zona da Gâmbia, havia algumas segundas habitações e outras eram empresas de pessoas que não eram dali, mas que tinham caixa de correio.

Então, tinham decidido, para ser mais célere, pedir à empresa que, aquilo que já tivesse produzido, fosse distribuído através das juntas de freguesia - tinham 6 postos, entre as 5 juntas e a loja “Coisas de Setúbal” -, porque seria mais rápido. T tinham tido que começar a pedir a morada às pessoas, porque aquilo era caro e estávamos a ter nas filas pessoas de Pinhal Novo e Palmela e não dava. Cada município tinha que fazer um esforço, que tinha sido aquilo que tínhamos feito. Portanto, tinham dito que tinha que ser só para os nossos moradores, senão nem aquelas que tínhamos encomendado, mesmo vindo de forma desfasada, chegavam para os nossos.

T tinham tido que pedir os nomes e as moradas às pessoas, para não acontecer o que tinha acontecido aos bombeiros. Algumas pessoas, estando de boa saúde e só estando confinadas na 1.ª semana, telefonavam para os bombeiros e perguntavam se não se importavam de lhes irem entregar a lista de compras. Os bombeiros perguntavam, então, às pessoas, se não podiam ir ao supermercado e elas respondiam-lhes que tinham ido fazer o teste e que estavam à espera do resultado. Os bombeiros perguntavam-lhes, então, os nomes e a morada - porque tínhamos a monitorização de todas as pessoas que tinham ido fazer testes - e elas não estavam incluídas. Diziam às pessoas que não tinham ido fazer o teste, só se tinha sido fora do concelho, caso em que deveriam ter um número, para eles aferirem. Desligavam-lhes o telefone e, no dia a seguir, vinham o filho e a mulher. Eram 3, 4 e 5 vezes na mesma casa, a pedir que os nossos bombeiros fossem os criados, porque as pessoas não queriam ir para a fila do supermercado. Toda a gente tinha que ir para a fila do supermercado. Também ia para a fila, não era filha de ninguém especial, era normalíssima. Toda a gente ia, toda a gente tinha que ir para a fila do supermercado. Quem estava doente e não podia ir ou era idoso ou era de risco, aí sim.



Para que isso não acontecesse e porque havia muita gente a dizer que já tinha, que agradecia, mas já tinha máscaras, não tinha era o filho ou o marido ou qualquer coisa, então, tinham decidido abrir aquilo. Estava a ser distribuído com um saquinho de plástico. Por exemplo, numa casa só havia uma pessoa, como aquilo tinha 3, ficavam 2, só era tirado um e entregue a essa pessoa. Noutra casa que tivesse 4 pessoas, como só tinha 3 máscaras, fazia-se esse equilíbrio. Esse também tinha sido outro motivo para distribuírem pessoalmente. No dia anterior, como tinha sido o primeiro dia, tinha sido uma correria e a fila tinha ido da loja até à Avenida Luísa Todi. Quando acabaram as primeiras 1500 – naquele dia já tinha havido mais 1700 –, tinham corrido o resto da fila a tirar o nome e a morada e tinham entregue no dia seguinte às pessoas. A algumas, se eram de ali perto, entregaram pessoalmente, outras tinham ido pelo correio.

Naquele dia já estava tudo normalizado, ali e nas juntas de freguesia. No 1.º dia, as pessoas tinham vindo com medo de ficarem sem máscara. Pensavam que no dia seguinte ficaria regularizado. Estavam a chegar, todos os dias, 1500 a cada posto, até chegar ao número que tinham encomendado.

Também tinham servido, em algumas escolas, refeições para cerca de 500 pessoas. Não tinha sido só às crianças das escolas, mas, também, a alguns trabalhadores nossos, que eram pessoas sozinhas e que tinham muitas dificuldades nesta altura. Eram pessoas que comiam, por exemplo, dos restaurantes ou iam buscar a sopa ao restaurante. Estando tudo fechado, e sendo muitos deles homens, tinham ficado sem poder obter alimentação. Até àquele dia, com esses trabalhadores, ainda eram cerca de 500 refeições que faziam por dia para essas pessoas, até à normalização de irem buscar as refeições. Essas pessoas tinham passado a ter, todos os dias, a sua refeição. Toda a gente que tinha problemas desse tipo tinha sido acompanhada, não tinha ficado ninguém de fora, em nenhuma freguesia.

Os apoios aos comerciantes, a Vereadora Eugénia Silveira já tinha dito, quer do ponto de vista da legislação, quer do ponto de vista dos encaminhamentos para fazerem candidaturas. Também tinham ajudado algumas empresas a fazer as candidaturas, porque era uma empresa familiar ou era uma ou duas pessoas. Se não sabiam fazer, também tinham ajudado a fazer tudo isso.

Naquele momento, já tinham gasto mais de 700 mil euros, iam a caminho dos 800 mil euros. Já tinham visto que todos os edifícios municipais tinham divisórias. Tinha sido feitas, para todos, cerca de 70 divisórias em vidro acrílico, de proteção.

Também tinha havido empresas que tinham doado muitas coisas. Havia uma empresa de uns jovens que tinham pedido para se instalar, provisoriamente, em Poçoilos que tinha doado muitas viseiras a alguns setores dos nossos serviços e estavam a doar, naquele momento, a todos os comerciantes dos mercados, 357 viseiras, não só do Mercado do Livramento, mas também, dos outros mercados.

Vinha à reunião uma proposta de uma rubrica que estava adstrita àquela área de mais 250 mil euros. Faltava pagar o primeiro embate daquela grande encomenda que tinham feito, com a Área Metropolitana de Lisboa, de material de proteção. Faltava pagar, ainda, à AML, que tinha avançado com a encomenda. Da nossa parte, ainda eram mais 100 e tal mil ou 200 mil. Tinha sido necessário e tinha tido que ser feito, mas tinha sido uma quebra, tinha sido uma despesa de quase um milhão, para quem não tinha tido receita nos equipamentos de turismo, do parque de campismo, que já estava a ser uma receita extremamente importante, das rendas das concessões que tinham dos vários espaços, tinham isentado toda a gente, da publicidade, das taxas de ocupação da via pública. Tinha sido preciso. Ninguém estava à espera, ninguém estava ensinado. Tinha sido preciso.

O que era preciso era que tudo corresse bem e que, rapidamente, aquilo se resolvesse.

Ainda em relação à desinfeção, tinham nas escolas do 2.º e 3.º ciclo e do secundário os militares. Já tinham comprado uns equipamentos para desinfeção dos gabinetes onde as pessoas estavam a trabalhar. Os edifícios estavam sempre a ser desinfetados. Iam adquirir, muito rapidamente, algumas daquelas máquinas do ozono maiores para os equipamentos culturais - para o Fórum, para o Charlot - e desportivos e para o mercado. Aquilo era relativamente rápido e iam adquirir mais máquinas dessas, porque era muito equipamento.



Se, a partir de um de junho, começassem a abrir as creches e se abrissem os equipamentos culturais, tinha mesmo que ser desinfetado. Iam começar a estar em condições de ajudar as IPSS. Iam querer ajudar e fazer essa desinfeção, rotativamente. Com várias máquinas também era rápido. Os militares não tinham mãos a medir. Tinha sido o Exército que se tinha comprometido com o Governo para fazer essa ação, mas, de facto, não ia ter mãos a medir. Também estava prevista uma linha de candidatura, através da CCDR, para pagar algumas despesas com o COVID-19, que também seria uma ajuda para a aquisição dessas máquinas. Assim que chegassem, mais semana menos semana, iriam fazer esse trabalho, permanentemente e diariamente. Estavam a ver as características adequadas à capacidade de cada um dos equipamentos, para, depois, se fazer a aquisição. Era evidente que era nossa obrigação, também, as disponibilizar às IPSS, que eram as que estavam em piores condições. As IPSS não tinham fins lucrativos, estavam em piores condições para dar resposta àquele tipo de coisas. Não tinham tido em nenhuma IPSS ninguém infetado em nenhum lar, o que era muito bom. Tinha havido uma criança da APPACDM que tinha dado negativo.

Relativamente à época balnear a confusão estava instalada. Não éramos dos municípios piores nas praias, porque tínhamos muita zona, mais ou menos, confinada pela serra. Nas praias do nosso distrito que tinham uma frente atlântica - Almada, Sines, Grândola - estava tudo em pânico. Ninguém sabia, ninguém queria assumir a responsabilidade e diziam que o Governo assumisse a responsabilidade. Não sabia como é que aquilo se resolvia. Não sabiam bem o que é que ia acontecer, mas ia ser muito complicado.

Ainda não tinha sido dada uma nota de um outro esforço que estava naqueles quase 700 mil euros já gasto, que tinha sido o esforço do ponto de vista cultural e desportivo. Não sabia se tinham seguido as atividades das áreas da Juventude, do Desporto e da Cultura que tinham feito para ajudar os nossos artistas locais, que eram às dezenas. Pagava - se entre 50 a 100 euros por atividade - dependia do tempo ou do número de vezes que eles faziam a atividade, para ajudar a manter alguns artistas que lhes diziam que, naquele mês, só tinham ganho 100 euros, que tinham sido aqueles que tinham ganho através dessa atividade.

Estava a preocupá-los muito. Havia algumas iniciativas pensadas, que não podiam ser executadas se o confinamento se mantivesse. De qualquer modo, tinha sido um esforço muito grande, por parte do Município, em relação a essa área, porque estava a aparecer muita gente, muita juventude, o que era excelente. Iam ver até quando é que conseguiam aguentar a pagar. Era certo que tinham tido a ideia, mas, para alguns deles, era a única fonte de rendimento. Era isso que estavam a fazer.

Relativamente ao distrito, tinham a gestão q.b. relativamente aos municípios. Não era muito fácil, porque cada município tinha uma forma de trabalhar própria, tinha características próprias e eram muito diferentes, uns, do ponto de vista geográfico, outros do ponto de vista da população, outros do ponto de vista da capacidade financeira. Portanto, não podiam fazer uma tabela e dizer que todos davam máscaras ou que não podiam que davam um milhão. Se sabiam que podiam dar um milhão, dependia do dinheiro que tinham em caixa ou dinheiro que podiam disponibilizar, em detrimento de outras atividades ou daquilo que alguém, algumas empresas, os podiam ajudar. Tínhamos tido 1800 litros de álcool-gel doados pelo José Maria da Fonseca, que tinha sido uma ajuda extremamente importante. Era tudo muito diferente.

Por exemplo, Palmela tinha avançado com os testes em relação à sua Associação de Bombeiros Voluntários, porque, senão, não tinha bombeiros para transportarem pessoas para os hospitais. Testámos toda a nossa Companhia de Bombeiros Sapadores. Tinham sido todos testados. Como tínhamos rotatividade, 50 por cento da companhia estava em confinamento. Os outros 50 estavam a funcionar e, quando mudavam, eram outra vez testados. Palmela também tinha feito isso, mas outros, se calhar, não o tinham podido fazer, porque custava dinheiro.

Portanto, não conseguiam coordenar, só quanto às coisas que eram determinadas por decreto. Tinham que seguir os decretos e, aí, tinham que falar todos a uma só voz. Depois, o resto dependia das características de cada um dos municípios. Tinham tido uma excelente

h

relação com todos. Tinham-se ajudado a todos na Área Metropolitana e a relação entre os municípios era uma relação mais vasta, eram 18 e o distrito tinha 13. As coisas tinham funcionado e tinham ajudado. Era preciso máscaras, Cascais tinha e iam buscar, quando chegassem as nossas íamos pagar. Faziam isso uns aos outros e não era hora de regatear a cor do cartão. Não havia isso.

Entre os municípios não tinha havido isso e entre todas as outras entidades que estavam sentadas à mesa não tinha havido isso, felizmente. Só tinha havido, nos primeiros 15 dias, a ausência da Saúde Pública, tinha tido que falar com a senhora ministra para alguém vir dar conta, porque uma questão de saúde pública não tinha ninguém na mesa da Saúde Pública. Mas, depois, tinha vindo o Doutor Mário Durval, que, entretanto, tinha trazido mais uma pessoa. Quando ele não podia estar, tinha essa pessoa, que articulava bem com ele. Se ele não estava, dava as orientações que vinham e a coisa estava a funcionar bem.

Com o nosso hospital estava a funcionar muito bem. Naquele momento, estava uma pessoa internada e tinham tido sempre 2 ou 3, no máximo. Estavam todas em casa. Ainda estavam infetadas cerca de 20 pessoas, todas em casa menos uma. As outras já tinham recuperado todas, felizmente. Em relação ao COVID-19, era o que tinha para dizer.

A Feira de Sant'Iago era uma consequência do COVID-19, tinha sido cancelada. No dia anterior tinham discutido isso até à exaustão. Fariam só no próximo ano, sendo certo que os feirantes estavam também à beira de um ataque de nervos, porque aquilo era a vida deles. Era outra área da economia muito preocupante. Os feirantes ainda tinham pensado que conseguíamos adiar, porque havia famílias inteiras que só viviam daquilo, para não falar na atividade cultural. Com a nossa feira cancelada e mais "n" de norte a sul canceladas, o Ministério da Cultura estava a atrasar-se e bem. Não queria culpar ninguém, iam esperar mais um bocadinho, porque estava a atrasar-se e bem.

Iam ver a evolução das coisas, mas, se fosse possível, estavam a preparar para os dias 2, 3, 4 e 5 de outubro, com todos os artistas que não tinham ainda contrato feito, mas já estavam apalavrados - já tinham os orçamentos aprovados, etc -, se quisessem vir, baixando um bocadinho o "cachet", uma Festa de Outubro. Nós também já não tínhamos mais dinheiro, já tínhamos gasto tanto. Por isso, íamos tirar um bocadinho de nada aos grandes, não era aos pequeninos, que já ganhavam tão pouco. Aos pequeninos era para manter, mas aos grandes, era para tirar um bocadito.

Fariamos uma festa, uma coisa mais informal. Não ia ter "stands" expositivos. Não havia dinheiro para isso nem condições para preparar isso. Não íamos fazer os "stands" institucionais. Íamos fazer uma festa, uma coisa mais informal, para virem os carrosséis, se quisessem - e tinham que pagar terrado, mas também iam ganhar -, coisas de petiscos, uma festa mais popular, para os artistas poderem atuar, os nossos todos e os 4 ou 5 de fora que já tinham sido convidados.

No dia 5 era feriado, seria só dia de festa de família. Começariam na sexta-feira à tarde – sexta, sábado e domingo - com petiscos, carrosséis e tudo o que já estava no concurso, para os que se quisessem vir.

Tinha sido decidido no dia anterior e tinha sido comunicado às 15 horas à equipa, que estava aflita porque todos os dias tinham as pessoas quase chorar para que não se acabasse com a feira, mas a saúde estava em primeiro lugar. Portanto, mesmo não fazendo a feira – esperava que fosse feita em 2021 -, pelo menos tinham arranjado uma situação para poderem ganhar alguma coisa e fazerem uma atividade. No princípio de outubro ainda havia calor, o tempo ainda era morno e faziam uma atividade.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, como já tinham dito no início da pandemia, todas as decisões difíceis que a Câmara ou o executivo tomasse no combate à pandemia teria todo o apoio da bancada do PS. A decisão de cancelar uma edição da Feira de Sant'Iago que não era seguramente uma decisão fácil, mas apoiavam totalmente essas decisões e outras que viessem a ser tomadas, inclusivamente, na abertura da época balnear. Portanto, queria reforçar esse apoio às medidas, porque eram tempos de exceção e eram medidas excecionais.

Para terminar, queria deixar dois apontamentos muito rápidos.

No próximo dia 9 de maio celebrava-se o Dia da Europa e, como europeísta convicto, gostaria de marcar essa data e dizer que a crise sanitária e económica que tínhamos pela frente era a prova mais que evidente que nenhum país podia, isoladamente, enfrentar. Portanto, era bom que a Europa se unisse e era bom que a Europa arranjasse soluções.

Queria saudar a forma como o primeiro-ministro tinha reagido e se tinha debatido para que a Europa se materializasse no sonho de Schumann e de Jean Monnet e prestar uma homenagem a todos cidadãos europeus que, com verdadeiro espírito de solidariedade, ajudavam a União Europeia a superar a crise.

Depois, queria deixar uma tomada de posição que era um protesto que gostaria de deixar em ata. Na última reunião de Câmara tinha havido uma discussão sobre um pacote de medidas que o Partido Socialista tinha apresentado, no âmbito complementar às vezes medidas que a Câmara tinha ido apresentando. A discussão era salutar, a discussão era normal em democracia e devia ser mesmo assim.

O que entendiam que não era normal – era só sobre esse tema o protesto – tinha sido a utilização da página oficial do Município para atacar os vereadores do Partido Socialista e para atacar o Partido Socialista. Entendiam que essa utilização tinha sido indevida, porque tinha utilizado meios públicos em benefício de um determinado partido, não respeitando o princípio do pluralismo e do equilíbrio de tratamento entre as várias forças.

Não estava a criticar nem a fazer nenhum reparo àquilo que tinha sido dito nos órgãos partidários nem nas páginas pessoais, estava a falar só, especificamente, da página oficial do município.

Queria deixar esse protesto, porque entendiam que não tinha sido correto.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que não estava a pensar intervir naquele período, antes da ordem do dia, mas, de facto, a vida política era assim e, às vezes, havia intervenções que suscitavam a nossa intervenção.

De facto, aquele período de antes da ordem do dia tinha estado a ser discutido com enorme elevação, circunstância que só era possível porque a bancada do Partido Socialista, naquele dia, tinha essas características, ao contrário do que em outros momentos tinha. Portanto, também saudava o Vereador Paulo Lopes pela sua presença, porque, de facto, a elevação com que o seu lugar e os seus companheiros de bancada eram feitos, embora pudesse ser estranho e percebesse que tivesse que defender a honra da sua bancada e dos seus camaradas, nem sempre a nossa família política merecia a nossa consideração e o nosso respeito.

Portanto, o que lhe pedia, também, tanto quanto possível, era que, sem prejuízo das decisões e das posições que o Partido Socialista ali quisesse tomar, que o Partido Socialista também se decidisse quanto a quem era o seu porta-voz. O Partido Socialista não podia, de 15 em 15 dias, alterar a sua forma de estar e o seu posicionamento, nomeadamente relativamente a este executivo, tal como tinha sido expresso pelas suas palavras logo no princípio daquelas circunstâncias que todos tinham vivido ao longo dos dois últimos meses.

Recordava que as palavras tinham sido exatamente as mesmas que tinha proferido, que o Partido Socialista seria solidário com o executivo municipal e com todas as medidas que fossem ali tomadas.

A verdade é que a forma e o modo com que o Partido Socialista e a sua bancada se tinham expressado ao longo desses momentos, quer na bancada representada por outro vereador que não o Vereador Paulo Lopes, a Vereadora Sandra Gomes ou o Vereador Fernando Paulino, quer, também, por outros mecanismos de comunicação do próprio Partido Socialista, não se coadunavam com a intervenção que o senhor vereador tinha acabado de fazer.

A Sra. Presidente, bem como os vereadores da CDU, tinham deixado bem expresso, logo no início daquele contexto que se vivia, que o fundamental era, acima de tudo, sermos corresponsáveis por todas as circunstâncias que vivíamos. Naquele momento, mais do que os interesses político-partidários, o interesse das pessoas da cidade estava acima de tudo. Portanto, utilizar essas circunstâncias para fazer populismo, para querer protagonizar

qualquer outra condição da utilização do poder que podíamos exercer, quer manipular as circunstâncias que se estavam a viver, quer adulterar a informação que se estava a produzir, era tudo menos o que precisavam.

Podia perceber a intervenção do senhor vereador, mas queria dizer-lhe que, também na condição de Presidente da Concelhia do Partido Socialista teria que decidir quem é que era o porta-voz do Partido Socialista, naquele momento, em Setúbal, se era ele e se a concelhia ou se era, de facto, o Vereador Fernando José, quando queria, através das redes sociais, quer na condição de vereador em substituição que de quando em vez ali vinha, se pronunciava, criando até – era uma opinião pessoal - algum incómodo na própria bancada do Partido Socialista, que tinha sido bem expressa na anterior reunião, com outra elevação de outros vereadores que, depois, tentavam, de alguma forma, arrepiar caminho, percebendo a forma desadequada e pouco correta com que as posições eram tomadas. Isso era um problema que o Partido Socialista teria que resolver: de facto, quem era o seu porta-voz naquelas circunstâncias.

Aquilo a que tinham assistido, ao longo daqueles dois meses, tinha sido um Partido Socialista a duas vozes: A elevação política, correta, solidária, de um partido, - independentemente de, em muitos e diferentes momentos da vida democrática da cidade divergir, ter posições diferentes - ou um outro Partido Socialista, que queria, naquele contexto, protagonizar, capitalizar, tirar outros dividendos. Mas isso eram questões internas, que o Partido Socialista teria que resolver.

Da parte deles, saudavam a intervenção e aquela forma elevada com que, naquele período antes da ordem do dia, as questões da parte das diferentes bancadas tinham sido colocadas, tentando o executivo responder de uma forma cuidada e assertiva às questões que lhe tinham sido colocadas e, na medida do possível, concertar posições para, o mais rapidamente possível, poderem ultrapassar aquela situação, em prol daquilo que era o desenvolvimento da cidade e do país.

Por isso, o que lhe pedia - se lhe era permitido pedir – era que, de facto, continuasse nessa condição, mas que o Partido Socialista, definitivamente, decidisse quem era e de que forma era o seu porta-voz, se, de facto, era o presidente da concelhia ou se era um outro candidato qualquer, que quisesse ali anunciar uma outra condição.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, sobre aquela matéria, a sua intervenção estava feita. Não estava a tomar uma posição sobre a discussão, estava a tomar posição sobre um ato em si, sobre o qual tinham querido fazer um protesto.

Quanto a tudo o que tinha dito o Sr. Vereador Pedro Pina, era a sua intervenção, com a qual discordava totalmente, e, portanto, não se sentia com necessidade de afirmações. Não andava por aí com o seu nome em sondagens. Portanto, estava perfeitamente tranquilo e calmo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a primeira questão era que, no quadro da pandemia, o Município de Setúbal tinha tido uma articulação correta com o Governo e as suas instituições. Tinham reunido diretamente com o Secretário de Estado Duarte Cordeiro e iam ter, outra vez, uma reunião com ele no dia seguinte. Tinha havido uma completa articulação dos municípios todos e de Setúbal, em particular, pelo papel que tinha tido ao nível distrital. Não tinha havido problemas de tipo nenhum, naquilo que dizia respeito ao combate à pandemia.

A segunda questão era que a solidariedade ali demonstrada não tinha existido na intervenção do Vereador Fernando José, concretamente, para chamar o nome às coisas.

Em terceiro lugar, acreditava que o que tinha sido dito pelo Vereador Fernando José tinha sido contra a Câmara e a Câmara tinha tido que responder. O Vereador Fernandes José não tinha atacado o PCP, tinha atacado a Câmara. Tinha dado uma entrevista, em vídeo, a “O Setubalense”, que tinha tido duas partes. Uma parte de elogio ao Governo e a outra parte a atacar a Câmara (“A Câmara não tinha feito, a Câmara deveria ter feito”), uma coisa impressionante, uma coisa descabelada, sem qualquer sentido e com uma insistência numa

proposta que o Partido Socialista, no seu todo, tinha feito. Queria que se criasse um Gabinete de Apoio ao Empresário, para esse gabinete apoiar os empresários.

Queria dizer aos senhores vereadores que ali estavam sentados e que também tinham subscrito essa proposta, que o Gabinete de Apoio ao Empresário existia desde 2002. Tinha funcionado nas Escarpas de Santos Nicolau e funcionava, naquele momento, no Mercado do Livramento, no Ninho de Empresas. Geria o Ninho de Empresas e geria uma série de atividades e tinha tido uma relação intensa, ao longo de quase duas décadas, com o tecido empresarial e, naquele momento, estava a fazer um trabalho adequado a essa realidade.

Era ridículo que houvesse uma insistência do Partido Socialista, pela boca do Vereador Fernando José, de que era necessário criar esse gabinete. Das duas, uma: ou o senhor dormia cá e não sabia o que cá se passava, não fazia ideia; ou, então, estava a dizer uma mentira sucessivamente, com aquela convicção antiga de que uma mentira repetida mil vezes podia ser que passasse pela verdade. Portanto, era uma coisa que não tinha nexos nenhuns.

Não tinha nenhum sentido o reparo que o senhor vereador tinha feito em relação à reação da Câmara, porque, se fosse ler e ouvir o que tinha dito o Vereador Fernando José, tinha sido um ataque descabelado à câmara e a Câmara tinha tido que responder. O Município não tinha que ir pedir a nenhum partido para o defender. Tinham que ser capazes de se defender quando os atacavam, ainda por cima de uma forma absolutamente imprópria, que tinha sido o que tinha acontecido. Se não acreditava, que fosse ler e fosse ver.

A Câmara tinha dito que aquilo estava maldito, porque já tínhamos feito, e não tinha dito uma coisa que deveria ter dito, que o senhor estava a mentir, porque ele, quando tinha dito que não havia Gabinete de Apoio ao Empresário, estava a mentir. Aquele gabinete tinha sido ali aprovado na sua orgânica, tinha tido ali o seu mapa de pessoal aprovado, tinha tido dezenas de protocolos com outras entidades aprovados ali, tinha feito relatórios de atividade apresentados e debatidos ali.

Era ridículo que um vereador da Câmara dissesse que não havia Gabinete de Apoio ao Empresário. Portanto, a Câmara tinha tido que dizer que havia Gabinete de Apoio ao Empresário e tinha que dizer o resto que tinha dito. Era essa a questão. Insistir muito nessa tecla era dar mais para esse peditório e tinham mais que fazer.

Sra. Presidente – Disse que era uma tristeza, a falta de nível, quando o Sr. Vereador Fernando José estava ali sentado, na atuação de arruaceiro de serviço.

Dava ideia que existia uma orientação, eventualmente política, não sabia se aquilo acontecia noutros municípios, de mandar o executivo a baixo, fosse na situação atual ou noutra. Ele tinha uma apetência e uma personalidade que se adequava àquela prestação, seguia a orientação que lhe davam e como era o Sr. deputado ia para ali brilhar, ou porque tinha saído determinada compilação legislativa ou uma série de portarias e decretos-leis.

Estava ali outro Sr. deputado e vereador efetivo, porque o Sr. Vereador Fernando José era um vereador substituto, que não fazia aquele papel. Não tinham nada a ver, eram personalidades totalmente diferentes. Era uma vergonha e uma tristeza para o Partido Socialista e para Setúbal. O Sr. Vereador Fernando José devia estar com aspirações político-partidárias que eram justas e eram humanas, mas já estavam muito evidenciadas e metia os pés pelas mãos.

Se eles quisessem dizer mal do governo, começavam pelo Ministério da Cultura e não paravam mais, mas não era tempo disso. Estavam ali, para ajudar a resolver os problemas num clima de acalmia e de responsabilidade, porque ninguém sabia tudo e porque toda a gente estava a aprender o que fazer numa situação aquelas, era aquele governo, mas podia ser outro. A postura deles não era a de criarem problemas a um colega de outra câmara ou a outra instituição, ou ao próprio governo, com quem estavam com frequência. Estavam quase diariamente com membros do governo, secretários de estado ou ministros, fosse com quem fosse, era preciso resolver alguma coisa falavam, estavam e resolviam sem atirarem pedras. Eles tinham estado de acordo com a legislação que tinha sido produzida, em relação a uma situação daquelas, teve que ser, ela tinha sido produzida aos molhos, porque tinha que ser assim.



O Sr. Vereador Fernando José não sabia nada de Setúbal. Depois dava a ideia que pedia ao seu Presidente da Concelhia para sair dali porque era dia de ele armar um barraco, aquilo não se chamava outra coisa, era dia de ter um holofote em cima e chegava ali da pior forma. A ideia que dava era que não havia conversa no grupo, na bancada do Partido Socialista para dizer o que já tinha sido aprovado ou o que tinha acontecido. Ele chegava ali com um objetivo determinado de fazer publicidade a qualquer coisa que o governo tivesse decidido, bem ou mal.

O Sr. Vereador Fernando José achava que estava na altura de ir ali brilhar, como se tivesse ido ali falar com os pacóvios, com o pessoal menor e inventar uma serie de atividades e de decisões que o executivo já tinha decidido, como ele não sabia, porque não devia ler as atas, nem devia conversar com os seus camaradas de bancada, tinha levado ali, na manga, uma listagem de coisas para brilhar, coisas que já tinham sido decididas e apoiadas pelos seu colegas de bancada, tinha sido isso que lhe tinham dito. Numa empresa que tinha uma concessão, era uma empresa privada, eles não podiam mexer, a não ser dizer a essa empresa, que se chamava Águas do Sado, que não cortavam a água a ninguém, porque senão teriam que entrevir. E a Águas do Sado não cortou a água a ninguém, embora tivessem saído alguns anúncios de corte porque estava computadorizado, tinha sido essa a explicação que a Águas do Sado tinha dado, mas não houve nem iria haver cortes para ninguém enquanto aquela situação durasse.

Quando o Sr. Vereador estava ali, era o chefe da bancada, mas não se tinha portado como chefe da bancada, nem como simples membro da bancada, quando tinham votado a questão do estacionamento, tinha sido vergonhoso, alguém que estava sentado numa bancada e para não assumir qualquer responsabilidade, ausentou-se da sala. Mas eles permaneceram ali sentados a darem o corpo às balas, eles ou outros que já ali tinham passado. Tinha-se visto ali o desmembramento e a responsabilidade da bancada do Partido Socialista. Dois membros do Partido Socialista responsáveis, o responsável da bancada do Partido Socialista, que se chamava Fernando Paulino, o cabeça de lista do Partido Socialista, tinha sido ele o cabeça de lista nas eleições, era ele o cabeça de lista daquela bancada e a Sra. Vereadora Sandra, estavam confusos em relação ao tema, normalíssimo e com a responsabilidade e com a liberdade que lhes era dada, normalíssimo, abstiveram-se. Uma pessoa tão responsável, que se sentava numa cadeira daquelas, a menos que houvesse alguma incompatibilidade, dizer que não percebia nada daquilo e não ficar presente na sala, achava que isso definia o caráter e a personalidade de uma pessoa.

Achava que aquilo devia chegar aos órgãos, quando encontrava pessoas responsáveis do Partido Socialista encarregava-se sempre de fazer esses relatórios e iria fazer mais aquele e dizer se era um homem daqueles que se sentava numa cadeira daquelas, ali ou no parlamento, um homem que dizia que não ficava presente na sala, não fosse ser incomodado, para o bem ou para o mal, estava em ata. Achava que isso não dignificava o Partido Socialista.

Quando existia uma sessão normal, pacífica, quando estava ali o presidente da concelhia, provavelmente era por isso que era o presidente, porque reunia consensos, quando estava ali a bancada normal, ou quando estavam outros membros, lembrava-se do Sr. Vereador Joel, daquele mandato, não acontecia nada daquilo. A personalidade, o tempero e depois destempero, daquele vereador era qualquer coisa do outro mundo, e depois passava para as redes sociais, destilando ódio, falta de nível e de personalidade para se sentar num lugar aqueles. Como atacou a câmara, tinha respondido na sua página e alguém tinha partilhado para a página da Câmara, tendo em linha de conta que tinha sido a Câmara Municipal que ele tinha atacado, declarando uma série de mentiras. Portanto, tinha sido aquilo que tinha acontecido, mas aproveitava para dizer que o Partido Socialista, ficava muito mal servido quando cedia um lugar de um dos seus membros para o Vereador substituto Fernando José.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que enquanto líder da bancada e quando estivesse presente seria sempre e assumia sempre essa responsabilidade, podia às vezes não parecer e segundo a Sra. Presidente às vezes não era, era outro no seu lugar, mas não era. Não se reviam nas declarações da Sra. Presidente, nem nas declarações dos Srs. Vereadores que tinham tomado posição relativamente àquela intervenção do Sr. Vereador Fernando José. O Partido Socialista era um partido democrático, que respeitava aquilo que era a identidade de cada um dos seus elementos, naquele caso de cada um dos seus vereadores, independentemente da sua personalidade ou da sua postura, desde que não interferisse com aquilo que era a postura política do Partido Socialista e as regras de convivência democrática com os outros partidos. Pensava que não tinha acontecido isso naquela sessão, tinha acontecido aquilo que geralmente acontecia quando o Sr. Vereador Fernando José fazia intervenções, porque era o estilo que tinha e a Sra. Presidente conhecia e às vezes a sua reação também tinha um estilo próprio e reagia de uma forma diferente ao Sr. Vereador Fernando José relativamente a outros vereadores. Enquanto líder da bancada, não concordava, até porque ele não estava presente e aquelas críticas deveriam ser feitas quando o próprio estivesse presente para se poder defender, naquele caso ele não se poderia defender das acusações que lhe eram imputadas. De qualquer das formas, as propostas que tinham sido apresentadas naquela reunião de câmara, eram propostas do Partido Socialista e não do Sr. Vereador Fernando José. Tinha sido ele que as tinha apresentado, mas não eram propostas da sua responsabilidade, eram propostas do Partido Socialista. Tinham sido propostas, como tinha dito na altura, que tinham como objetivo acrescentar e não dividir. Se a forma como tinham sido apresentadas tinha sido mal interpretado e ele tinha feito questão de esclarecer na altura que não fosse mal interpretado, a intenção e o objetivo na apresentação daquelas propostas era melhorar, juntar e não dividir. Não podia deixar de se solidarizar politicamente com o Sr. Vereador Fernando José, que não estava presente e não se podia defender e aquela análise da sua personalidade em termos políticos não lhe parecia ser necessário fazer, era o seu estilo, era a sua forma e quando temos que chamar à atenção e a Sra. Presidente muitas vezes o fazia, era ali que o tinha que fazer e era a ele que o tinha que fazer. Enquanto líder da bancada do Partido Socialista era aquilo que queria deixar explícito.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinha uma pergunta para o porta-voz do Partido Socialista, o Sr. Vereador Fernando Paulino, como tinha afirmado que tinha esse papel e que o assumia e como as propostas eram do Partido Socialista, questionou se o Sr. Vereador propunha e defendia que a Câmara Municipal de Setúbal criasse um gabinete de apoio ao empresário.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que aquela discussão já tinha sido feita, eles tinham apresentado aquelas propostas e tinha sido dito na altura que se alguma daquelas propostas já tivessem sido implementadas que não fossem consideradas, tinha dito isso na altura de forma clara. Se algumas das 17 propostas que eles tinham apresentado já tivessem sido implementadas, ainda bem.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que ia fazer a pergunta, devagarinho novamente, tinham sido 17 propostas apresentadas, na altura tinha dito que 12 delas estavam implementadas e eram propostas direcionadas para a ação Covid, tinham sido propostas pontuais, mas a proposta de criação do gabinete de apoio ao empresário, que tinha sido criado em 2002 e que estava em funções e atividade desde 2002 era absolutamente ridícula, não tinha nada a ver com o Covid. Se o Partido Socialista mantinha aquela proposta queria dizer que nem se tinha apercebido ao fim daqueles anos todos que havia um gabinete de apoio ao empresário que estava a fazer todo aquele trabalho. Portanto, registava que o Partido Socialista, a sua direção, a sua bancada, o seu porta-voz desconheciam a existência de uma estrutura orgânica daquela Câmara com quase 20 anos de funcionamento, era espantoso.



Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que para terminar a discussão, o que tinham apresentado tinha sido um gabinete de apoio ao empresário, especificamente para aquela situação, que era uma situação crítica que estavam a viver.

Queria dizer à Sra. Presidente, porque era justo que se dissesse, que tinha saído na comunicação social que o Hospital de São Bernardo estava a criar uma nova urgência só para doentes com problemas respiratórios e Covid's. Aquela notícia tinha sido bem-vinda e saudavam que o Hospital de São Bernardo tivesse tido essa capacidade e que tivesse tomado aquela iniciativa. Aquela era uma medida específica para aquela altura e para a situação que atualmente viviam.

As medidas que tinham sido apresentadas pelo Partido Socialista eram medidas que tinham a ver com aquela situação, clara, específica e grave que viviam. Tinha só esse objetivo e ele tinha sido claro e pensava que o Sr. Vereador Fernando José também o tinha sido e não se tinha distanciado da sua intervenção, podia ter-se distanciado do modo, mas cada um tinha a sua forma de estar e de ser e cada um analisava da forma que queria e como queria. Já andava na política há muitos anos e já tinha assistido a tudo, a intervenções desastrosas, algumas dele, outras de outras pessoas, todos eram menos felizes às vezes, isso acontecia com todos. Portanto não era essa a análise que deviam fazer naquele momento e continuavam com a mesma postura de serem colaborantes, estarem presentes naquilo que fosse preciso e darem o aval àquele executivo para tomar as medidas que eram necessárias para o combate ao Covid, eles continuavam com essa postura e não tinha sido a reunião anterior que a tinha alterado.

O protesto tinha sido feito, tinha sido um protesto que se justificava, dada a resposta ter sido dada no portal da Câmara Municipal, politicamente também tinham o direito de o fazer, não discordavam do executivo noutras coisas que naquele momento eram as mais importantes. Portanto as medidas apresentadas eram específicas para aquela situação.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que nem eles, nem o Hospital, nem ninguém conseguia controlar os títulos que eram dados às notícias, no âmbito da urgência do Hospital de Setúbal, tinha sido organizada uma linha especial, dentro do serviço de urgências do hospital, não era uma nova urgência, que isso ficasse clarificado.

Tinha sido muito interessante aquele esclarecimento, porque percebiam que era muito importante criar um gabinete de apoio ao empresário, específico, para o Covid, mas não era necessário criar uma divisão de direitos sociais especial para o Covid, não era necessário criar uma divisão de administração e planeamento escolar, que tinha um serviço de refeições escolares especial, para o Covid, não era necessário criar uma divisão de higiene urbana especial, para o Covid, não era necessário criar nada de especial para o Covid, era só necessário criar um gabinete de apoio ao empresário que já existia há quase 20 anos naquela Câmara Municipal. Disse que com toda a sinceridade e com toda a amizade que também existia ali, às vezes seria melhor pararem um momento e prosseguirem depois e seguirem em frente.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que por um momento tinha ficado mais confuso relativamente ao porta-voz do Partido Socialista, mas já estava clarificado, afinal não tinha sido o Sr. Vereador Fernando José, não tinha sido o Sr. Vereador Paulo Lopes, tinha sido o Sr. Vereador Fernando Paulino, tinha ficado um bocadinho confuso, mas já estava clarificado e tinha ficado grato pela clarificação que tinha sido feita. Porque quem tinha levantado a questão tinha sido o Sr. Vereador Paulo Lopes, que curiosamente tinha sido o único dos vereadores presente, naquele dia, do Partido Socialista, que não tinha estado presente na última reunião, que tinha sentido necessidade de clarificar, não enquanto porta-voz do Partido Socialista, mas enquanto Presidente da Concelhia, mas tinha ficado clarificado, porque afinal o porta-voz da bancada era o Sr. Vereador Fernando Paulino. Sobre aquela matéria ainda bem que era claro, era tudo muito translucido.

Disse que existia uma matéria que gostava de evidenciar, a Sra. Presidente já a tinha relevado, mas teve que voltar a dizer que nunca tinha assistido e existiam vereadores naquela sala há mais anos do que ele, inclusive na bancada do Partido Socialista que exerciam aquelas funções de vereadores, àquilo que se tinha passado na última sessão de câmara, tinha sido inédito. Existiam vereadores que estavam naquela reunião de câmara que já tinham sentido que as matérias que estavam a ser tratadas com as propostas podiam criar qualquer circunstância de conflitualidade com a sua votação e que se tinham retirado da sala. O que tinha acontecido na última reunião tinha sido uma coisa completamente diferente, tinha sido um deputado, aliás um vereador, pediu desculpa, mas tinha ficado confuso - às vezes aquela dupla condição fazia lembrar um bocadinho as histórias de *Daniel Garcia Márquez* quando eram feitas aquelas expedições às aldeias de *Macondo* e que traziam as novidades - mas o que tinha acontecido tinha sido inédito tinha sido um vereador de uma bancada, com mais do que um vereador, não era o caso da bancada do Partido Social Democrata, era o caso da bancada do Partido Socialista, que se tinha retirado de votar, com os seus vereadores, de uma votação que ali tinha acontecido. Não tinha sido por nenhuma circunstância, como ali já tinha acontecido no passado, que era um vereador pedir escusa de votação por sentir que as matérias em apreço podiam conflitar com a sua condição profissional. O que tinha acontecido tinha sido uma circunstância completamente diferente, isso estava registado em ata. Ele percebia a necessidade de defesa do Sr. Vereador Fernando Paulino, com a elevação que atualmente estavam habituados a assistir, percebia a defesa do Sr. Vereador, mas o incómodo tinha sido visível, na última reunião de câmara, nas posições ali apresentadas. Tinha sido tão notório a dificuldade da aprovação das propostas que os senhores tinham sido incapazes, antes do período da ordem do dia, de perguntar o que quer que fosse sobre as matérias que tinham levado ali como propostas, ele não tinha ouvido nenhuma pergunta sobre a questão dos sem-abrigo, que tinha sido uma das questões contempladas nas propostas do Partido Socialista.

Como os senhores vereadores não sabiam o que estavam a perguntar, tinham levantado algumas questões, decorrentes de preocupações que o governo já tinha e orientações que eles sabiam que estavam a decorrer, tinham elencado isso nas diferentes propostas. O que tinha sido óbvio, antes de terem feito aquela bateria de propostas, tinha sido perguntar ao executivo da Câmara Municipal se aquelas matérias estavam ou não consideradas no trabalho que estava a ser desenvolvido. Isso teria sido consentâneo com a afirmação inicial do Senhor Vereador Paulo Lopes, que disse que o Partido Socialista seria solidário com todas as decisões daquele executivo municipal. Mas o Sr. Vereador não tinha estado presente na reunião imediatamente a seguir e o senhor vereador que o tinha substituído, tinha feito um conjunto de propostas, propostas essas que já tinham sido consideradas pelo executivo municipal, mas não tinha perguntado antes de as apresentar. Tinha achado curioso estarem tão certos que tinham sido matérias que acrescentavam, como ali tinha sido dito, mas não tinham feito nenhuma referência a isso. Portanto, isso era a prova cabal que tinha sido um exercício de retórica. O Sr. Vereador Fernando Paulino, tinha precisado de colocar alguma correção no entendimento que estava a ser tido pela bancada do Partido Socialista, portanto tinha percebido e tinha ficado clarificado com o que tinha sido dito, o porta-voz do Partido Socialista, na Câmara Municipal, era o Sr. Vereador Fernando Paulino.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que nunca se tinha demitido das suas funções como primeiro eleito.

Sra. Presidente – Disse que queria esclarecer que tudo aquilo que naquele dia tinha sido referido, não tinha sido por iniciativa deles, só tinha sido referido para explicar um protesto apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Lopes. Como o Sr. Vereador Fernando Paulino tinha dito que não tinha percebido o motivo daquela discussão, explicou o contexto, aquela matéria só tinha vindo à discussão, porque o Sr. Vereador Paulo Lopes tinha colocado ali um protesto. Achou que não era preciso o Sr. Vereador Fernando José perguntar ao executivo, talvez nem quisesse perguntar ao executivo se aquilo estava a ser feito ou não, devia ter perguntado à

sua bancada. Se aquela fosse a proposta da bancada, a própria bancada sabia que já tinha aprovado a maior parte daquelas propostas. Isso era a prova que aquilo não tinha sido uma proposta da bancada do Partido Socialista, tinha sido uma proposta do Sr. Vereador Fernando José, que a devia ter feito na Assembleia da República. As isenções tinham ido ali e tinham sido todas aprovadas pelo Partido Socialista, era só consultar a ata dessa reunião. No entender do executivo, tinha sido claro que o Sr. Vereador Fernando José era o putativo candidato à Câmara de Setúbal. Numa situação daquelas fazer politiquices, aquilo não era política, ficava mal. Numa situação daquelas podiam estar a fazer política a todos os níveis, mas não faziam. Fazer politiquices já a preparar o seu caminho ficava mal ao Sr. Vereador e ao Partido Socialista.

Achava que as propostas deviam ter sido apresentadas pelo cabeça de lista da bancada, mas se calhar não era ele o putativo candidato, tinham sido apresentadas pelo putativo candidato. Achava que aquele assunto estava arrumado, mas achava melhor dizer ao Sr. Vereador o que tinha sido ali falado, ficava em ata, mas não sabia se o Sr. Vereador lia as atas.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Leu a seguinte saudação do 100.º Aniversário do Clube Naval Setubalense que fica arquivada em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6:

“A Câmara Municipal de Setúbal saúda o Clube Naval Setubalense pelo seu 100º aniversário, um marco histórico, de um dos maiores clubes do concelho e da região de Setúbal.

Fundado a 6 de maio de 1920, o percurso deste histórico clube, tem sido marcado por vários momentos, mas ao longo dos seus 100 anos de existência, acima de tudo destacamos e saudamos o espírito inovador e empreendedor, na sua capacidade de se saber reinventar, a sua resistência na adversidade, o serviço público prestado à comunidade, a determinação e empenho dos seus atletas, treinadores e dirigentes, que na área da náutica, afirmaram o “Naval”, como o maior emblema de toda uma região a Sul do Tejo.

Um clube feito de um passado com história, com um palmarés de muitas conquistas e participações em eventos, que encham de orgulho os Setubalenses.

Saudamos ainda, todos os associados do Clube Naval Setubalense, que possuem na sua história, “Navalistas” de grande mérito e dedicação ao Clube, que nas horas mais difíceis, disseram presente, não negando o apoio ao seu clube de coração.

Pois ser “navalista” é ter um sentimento genuíno pelo mar, pelo nosso Rio, é saber estar e respeitar, é saber ter memória e estar há altura daqueles, que com dedicação, souberam fazer crescer um clube, desde um pequeno “barracão à beira-mar” até as atuais instalações, com a presença e afirmação que possui na cidade.

O Clube Naval Setubalense é também um clube eclético, com modalidades diversas, no presente e no passado, como o Remo, a Vela, a Natação, a Pesca Desportiva e Recreativa, a Patinagem, o Hóquei, o Basquetebol, o Mergulho Amador, a Motonáutica, entre outros, que sempre soube apoiar e integrar através do desporto as sucessivas gerações da nossa cidade, sem esquecer o apoio aos nautas que passam pela nossa costa.

Na passagem de mais um aniversário, o 100º desta nobre instituição, a Câmara Municipal de Setúbal expressa os seus votos, de que continue a sonhar e a realizar os seus projetos, de modo a que possa enfrentar com confiança e bons “Bons Ventos” os desafios do futuro”.

Sr. Vereador Pedro Pina – Quis dar os parabéns àquela centenária instituição da cidade de Setúbal e a título informativo disse que o Clube Naval Setubalense tinha solicitado à Câmara Municipal, uma iniciativa que tinham tido no âmbito da Gala do Desporto, que fosse disponibilizado um vídeo que tinham feito. Tinham entendido que valia a pena fazerem um prémio exceção àquela grande instituição da cidade de Setúbal. Disse que o vídeo estava disponível e que era muito bonito. Tinha um conjunto de fotografias que dava um bocadinho a trajetória da história do Clube Naval Setubalense.

Leu a seguinte saudação do Centenário do Clube Naval Setubalense que fica arquivada em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7:

“A Câmara Municipal de Setúbal saúda e felicita o Clube Naval Setubalense pelo seu centésimo aniversário, data que se celebra neste dia 6 de maio. Um dia histórico para o clube, mas também para a cidade que o acolhe e dele se orgulha.

O Clube Naval Setubalense é muito mais do que um clube centenário: é o maior clube da cidade no que diz respeito a desportos náuticos e aquáticos e um dos mais consagrados a nível nacional. Ao longo do último século, o Naval foi estandarte da cidade e levou os nomes de Setúbal e de Portugal aos quatro cantos do mundo.

Ao assinalar o centenário não podemos deixar de ressaltar a importância de homens como o comandante Afonso O’Neill, o Dr. Carlos Botelho Moniz, o Tenente Silva Escudeiro, o Capitão Cassar, João Teixeira e Virgílio de Sant’Ana, homens que entusiasticamente fundaram a instituição que apenas em agosto de 1921 viu aprovados os primeiros estatutos.

Nos primórdios da existência da associação, o Naval teve sede em sala cedida pela Associação dos Bombeiros Voluntários e, após negociações com a autarquia — desde sempre ligada à vida do clube — conseguiu a cedência de um barracão situado onde é hoje a Praça da República, bem junto ao rio. Aqui passou a funcionar a nova sede e, em 1921, face ao crescimento da associação, seria naquele local edificado um hangar para permitir a ampliação das atividades da nova coletividade.

Os primeiros vinte anos de história decorrem entre sobressaltos e crescimento, até que, em 1941, com a anuência da Junta Autónoma do Porto de Setúbal, ficou delimitado o espaço destinado ao apoio dos desportos náuticos em redor da Doca de Recreio, permitindo ao Clube Naval Setubalense ter, pela primeira vez, uma perspetiva de futuro mais segura. No mesmo ano foi construído um ringue de patinagem junto ao hangar, mas a II Guerra Mundial acabaria por travar os sonhos de construção de um segundo, que acabaria por surgir anos mais tarde com o apoio da SECIL. Seria em torno deste segundo ringue que, no início dos anos sessenta do século passado, se construiria o pavilhão gimnodesportivo e uma piscina que, inicialmente, era abastecida com água Sado.

Ao longo dos anos, numa história repleta de altos, mas também de baixos, o Naval e aqueles que sempre abraçaram os seus ideais e as suas causas passaram por vários sobressaltos. A constante mudança de poder tutelar dos terrenos junto à orla costeira, ora sob a alçada da Câmara Municipal, ora sob a alçada da então Junta Autónoma do Porto de Setúbal, fizeram com que as instalações do clube estivessem sempre em risco de se perder. O esforço de muitos e a dedicação de atletas, dirigentes e adeptos permitiram, contudo, construir alicerces fortes para que as instalações da coletividade crescessem e ganhassem mais valências.

Enquanto uns lutavam para a manutenção da associação naquelas instalações, outros levavam o nome do Naval a ser conhecido um pouco por todo o País, graças à secção de Remo, que foi escrevendo páginas de glória na história da modalidade a nível nacional.

Os anos setenta trouxeram novo impulso ao clube com o desenvolvimento de desportos náuticos como o mergulho amador, a motonáutica, a vela de cruzeiro ou a pesca desportiva e recreativa.

Num crescimento gradual, o Clube Naval Setubalense vê, em 1982, ser-lhe atribuído o estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

O Naval conta hoje com dezenas de atletas em modalidades como a vela, o remo, a patinagem artística, o hóquei em patins, a ginástica e a natação.

Ano após ano, vai conquistando troféus que engrandecem não só as vitrinas do clube, como a vida e história da instituição e a cidade e o concelho de Setúbal.

No momento em que se celebra o primeiro centenário desta importante associação setubalense, importa não esquecer todos os que, além dos fundadores, permitiram ao Clube Naval Setubalense completar um século de história e atividade, sejam eles dirigentes, atletas, seccionistas, adeptos ou amigos do Clube que sempre souberam dar as melhores provas e, mesmo perante as adversidades, mantiveram vivo o sonho nascido em 1920. A todos e a todas a Câmara de Setúbal endereça vivas felicitações. Cem anos de história de um clube ou de qualquer instituição só fazem sentido quando são vividos com as pessoas, para as pessoas e em prol da comunidade.



No início do ano, no âmbito da Gala do Desporto de Setúbal, a Câmara Municipal agraciou o Clube com um prémio especial a antecipar a data que hoje se assinala. Uma data que celebramos com grato prazer, na esperança de que o Clube Naval continue, eternamente, a levar bem longe o nome da cidade que o viu nascer e que, orgulhosamente, agora o felicita”.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que se associava a ambas as saudações.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Leu a seguinte saudação ao Conselho Português para a Paz e a Cooperação por ocasião do seu 44.º aniversário que fica arquivada em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8:

“A 24 de Abril de 1976 num ato formal, mas também carregado de simbolismo, foram registados os Estatutos do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

Contudo, a luta pela Paz em Portugal é muito mais antiga e constituiu, para gerações, uma afirmação de que, nas condições concretas do nosso país, submetido a um regime fascista, esta era simultaneamente a luta pela democracia.

A institucionalização formal do CPPC só foi possível porque, dois anos antes, a 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, indo ao encontro da luta e materializando a aspiração do povo português, em aliança com este, derrubou o regime fascista, pondo fim a 13 anos de guerra colonial, conquistando a liberdade e dando início ao processo de democratização do país.

O CPPC assume-se, legitimamente, como herdeiro e continuador dos movimentos pela paz existentes em Portugal desde a viragem do século, acompanhando a tendência verificada em muitos outros países, à medida que se tornava evidente o confronto entre potências coloniais que acabaria por desembocar na Primeira Guerra Mundial (1914-18).

Em Portugal, apesar dos violentos condicionalismos impostos pelo regime fascista, a luta pela paz, contra o fascismo e o colonialismo, manteve-se ativa e diversificada a partir do início da década de 1950, designadamente através das Comissões de Paz.

Nos 44 anos de existência oficial, o Conselho Português para a Paz e Cooperação tem mantido uma atividade permanente na defesa dos princípios expressos nos seus Estatutos, na Constituição da República Portuguesa e nos princípios da Carta das Nações Unidas, tendo estado na origem de diversas movimentações: pelo fim da guerra contra o Vietname, pela descolonização, contra o regime do Apartheid na África do Sul, pelos direitos do povo palestino, pela solidariedade ativa contra todas as formas de opressão e pela cooperação com todos os povos do mundo, pelo desarmamento geral, simultâneo e controlado, pelo fim das armas nucleares, pela defesa da paz.

Hoje, face a tão complexas ameaças à paz e aos direitos dos povos, o CPPC prossegue a sua atividade em torno de eixos fundamentais como:

- O combate ao militarismo e à guerra, pela paz e desarmamento, denunciando guerras e agressões;*
- Solidariedade e cooperação com os povos, designadamente os que são vítimas de agressão e guerras, em prol da liberdade, da justiça e do fim das ocupações, contra os bloqueios, as sanções e as ingerências, pelo direito a viver em paz.*
- Reforço do movimento da paz em Portugal, contra a guerra e o militarismo, na defesa da justiça, do progresso social e da paz;*
- Cultura da paz, pela mobilização de milhares de pessoas empenhadas na defesa da paz;*
- Educação para a Paz, visando a promoção da educação e cultura da Paz, em estreita colaboração com o Movimento de Municípios pela Paz.*

A Câmara Municipal de Setúbal endereça uma especial saudação ao Conselho Português para a Paz e a Cooperação, por ocasião do seu 44º aniversário, com confiança que prosseguirá a sua intensa ação em prol da paz, da liberdade e da democracia, de olhos postos num Mundo mais justo e fraterno assente na solidariedade, na amizade e na cooperação entre os povos”.



Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu o seguinte voto de pesar, pelo falecimento de Nicolau Maria Pereira da Claudina, que fica arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9:

“A vida cultural e desportiva da região viu desaparecer, no dia 15 de abril, aos 87 anos, um dos seus nomes maiores. Nicolau Maria Pereira da Claudina foi uma figura respeitada pela comunidade enquanto dirigente, deixando uma marca indelével nas entidades por onde passou.

O desporto foi outra das suas grandes paixões, tendo-se destacado como dirigente na Associação de Futebol de Setúbal, na Federação Portuguesa de Futebol e no Vitória Futebol Clube, bem como no Palmelense Futebol Clube.

Enquanto dirigente do Vitória Futebol Clube, integrou várias direções do clube ao longo de décadas, assumindo diversas funções, nomeadamente na Seção de atletismo e no futebol Juvenil. Foi um Diretor dedicado ao seu clube de coração, sempre atento aos jovens talentos e sobretudo ao desenvolvimento humano dos jovens atletas.

Nicolau da Claudina era natural da Vila de Palmela onde esteve igualmente ligado à sua vida associativa, cultural e desportiva. Destacou-se nos diversos cargos dirigentes que assumiu, ao serviço, por exemplo, da Sociedade Filarmónica Humanitária, do Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela ou da Associação de Festas de Palmela - Festa das Vindimas.

Nicolau da Claudina, foi ainda associado e Diretor da Associação Sebastião da Gama, de quem foi aluno na antiga Escola Comercial e Industrial de Setúbal.

No mundo da comunicação social, foi diretor da “Voz de Palmela” e fundador do jornal Setúbal Desportivo, desempenhando, ainda, o papel de correspondente de várias publicações.

O Município de Palmela prestou-lhe a devida homenagem em 2010, com a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, pelo elevado contributo para o desenvolvimento do Concelho.

Reunida a 06 de maio de 2020, a Câmara Municipal de Setúbal, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Nicolau da Claudina, endereçando, à sua família e amigas/os e às diversas entidades que integrou ao longo da sua vida, sentidas condolências”.

Sra. Presidente – Disse que se associavam, naturalmente, àquele voto de pesar. Transmitiu que enquanto vereadora tinha tido uma relação quase de amiga com Nicolau da Claudina e como Presidente também, mas menos porque se viam menos. Enquanto dirigente do Vitória, a relação que tinha tido com a Câmara tinha sido pautada sempre por uma grande educação, era um homem bem formado, tinha um nível intelectual e de educação superior. Era um homem extremamente agradável, simpático e afetivo e que não tinha sido só um homem de Palmela, também tinha sido um homem de Setúbal e um homem do Vitória. Era de toda a justiça que se associassem e pessoalmente também, àquele voto de pesar.

Fez-se um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 08 de abril de 2020

A Sra. Presidente submeteu o projeto de Ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião, não tendo havido discussão sobre o mesmo.



- 2. Deliberação n.º 151/20 – Proposta n.º 37/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção e exploração de 3 parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal – Publicação dos anúncios e designação do gestor do contrato.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 10 a 12, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 votos contra, 3 do PS e 1 do PSD.

- 3. Deliberação n.º 152/20 – Proposta n.º 38/2020 – DAF/DICONT- 6.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 5.ª ao Plano de Atividades e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 13 e 14, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

- 4. Deliberação n.º 163/20 – Proposta n.º 08/2020 – DCIRT – Gestão do Parque de Estacionamento do Creiro – Renovação de Protocolo de Colaboração com a Associação Baía de Setúbal.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 e 16.

Sra. Presidente – Disse que no ano anterior tinham visto com o ICNF e com a Santa Casa da Misericórdia de Azeitão que explorava diretamente aquele parque de estacionamento, uma cogestão de forma articulada com a Santa Casa da Misericórdia e com a Associação da Baía de Setúbal. Tinha corrido muito bem, as coisas tinham ficado mais organizadas entre aquelas duas entidades, portanto tinham ido ali colocar à consideração dos Sr. Vereadores a renovação daquele protocolo para o corrente ano.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que a Sra. Presidente tinha dito e bem, que aquele protocolo já não era a primeira vez que ali ia, o próprio título dizia que era uma renovação. Não sabia se a Sra. Presidente tinha informação dos montantes porque considerava relevante, ainda que provavelmente o valor não fosse muito significativo, mas era importante, considerando que estavam a falar de um domínio público que estava a ser protocolado, em função dos seus valores, naturalmente tinha regras, estava quase certo que os valores ali não seriam de grande importância, mas do ponto de vista rigoroso, considerando que se tratava de um espaço que era do domínio público, era um estacionamento que estava a ser concessionado à Associação da Baía de Setúbal e que depois distribuía uma verba à Santa Casa da Misericórdia e outra verba para a Câmara, seria correto terem uma ideia dos valores.

Sra. Presidente – Dirigiu-se à Sra. Engenheira Fátima Nogueira, relativamente à questão apresentada pelo Sr. Vereador Nuno Carvalho.

Sra. Engenheira Fátima Nogueira - Prestou alguns esclarecimentos, não tendo sido possível a transcrição da sua intervenção por deficiência da gravação.

Sra. Presidente – Disse que a Santa Casa não tinha perdido, tinha ganho. Inicialmente a Santa Casa tinha ficado preocupada porque era uma receita com algum peso para a Santa Casa da Misericórdia, mas existia uma certa desorganização. A Câmara tinha feito a despesa e praticamente a Santa Casa da Misericórdia tinha ficado com a receita, mas tinham preferido assim, porque tinham ficado mais espaços e com mais qualidade porque tinham reorganizado os espaços. Tinha sido criados ensombramentos, paragem de autocarro, melhoramentos nas cancelas, tinham feito ali algum investimento e com os escuteiros, as coisas tinham funcionado muito bem. A Santa Casa inicialmente tinha ficado preocupada, mas tinha acabado por receber o mesmo ou ainda mais. Naquele momento não tinha ali o valor, mas disse que podia enviar ao Sr. Vereador Nuno Carvalho esse número certo, o Sr. Professor José Fernando tinha essa informação.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 153/20 – Proposta n.º 06/2020 – DURB/DIMOT – Sinalização vertical de proibição de circulação a peões e de exceder velocidade 30 km/h.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 17 e 18.

Sra. Presidente – Disse que aquela proposta tinha recebido o parecer favorável da União das Freguesias de Setúbal.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que o sinal de proibição a peões podia ser colocado, mas como se podia impedir os peões de circularem ali, as pessoas que viviam na baixa de Palmela não tinham outra estrada para se deslocarem, não existia outra estrada alternativa.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que concordava que aquele caminho não tinha condições, mas era a única alternativa que existia para as pessoas passarem.

Sra. Presidente – Disse que limitar a velocidade sim, mas proibição... como é que as pessoas depois passavam... propôs que deixassem para o fim aquela proposta enquanto a Sra. Engenheira Fátima Nogueira comunicasse com o Sr. Engenheiro José Miguel Madeira para obter uma explicação, se não a proposta seria retirada, porque uma coisa era delimitar a velocidade outra coisa era limitar a velocidade e não deixar as pessoas andarem ali.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a razão da proibição seria a mesma razão de não fazerem passeios num sítio em que o passeio ficasse com 15 cm, ou de não fazerem passagens em sítios que era arriscado e existiam passadeiras que não se podiam colocar em certos sítios, não era viável, não era legal. O que podia estar ali presente, a alteração de velocidade, tudo bem, poderia ser uma coisa partilhada, mas a proibição queria dizer que a Câmara estaria defendida de um acidente que ocorresse ali. Aquilo era uma via municipal, se alguém ali fosse atropelado se não houvesse uma chamada de atenção, se não houvesse uma medida de proibição a Câmara poderia ser responsabilizada. Ninguém iria atrás das

4

peçoas que transitassem ali a pé, mas se estivesse ali que era trânsito proibido pedonal, a pessoa arriscava-se, mas a Câmara não seria prejudicada. Se não a Câmara seria responsável por permitir a circulação pedonal numa zona onde não era possível ser feita. Seguramente seria aquela a questão que estava ali presente.
Interrupção inaudível.

Sra. Presidente – Perguntou como é que as pessoas que ali moravam faziam para andarem por ali, iam ficar sujeitas a serem multadas pela polícia.

A Sra. Presidente retirou a proposta, para ser reavaliada.

6. Deliberação n.º 154/20 – Proposta n.º 07/2020 – DURB – Proposta de ratificação do despacho n.º 62/2020/GAP, de 17 de abril.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 e 20.

Sra. Presidente – Disse que era referente à suspensão da consulta pública. Tinha chegado no dia anterior mais um despacho da AML, relativamente a um despacho do Sr. Secretário de Estado, onde dizia que iam ser prorrogados mais 90 dias a suspensão dos prazos. Dos trezentos e oito municípios, muito poucos tinham acabado os PDM's, nem um terço tinha acabado, queriam acabar o deles. Até à data só tinha havido 8 pedidos de intervenção de alteração àquilo que previsivelmente iria sair em PDM e as pessoas estavam a ir fundamentar ... tinham feito uma série de PIP's, estava tudo aprovado, só existia um PIP pendente, que tinha sido pedido havia poucos dias, vinha tudo pronto e tinha sido rápido, se entrassem em vigor os prazos aquele PIP já não era considerado, suspendia, só poderia ser aprovado naquele PDM e as pessoas não iam conseguir fazer o loteamento que tinham. Dia 14 tinha uma reunião com o Gabinete das Florestas, só faltava o parecer das florestas. Até dia 14 a pessoa conseguia e tinha todas as condições para ser aprovado. Tirando aquele caso, todos os PIP's tinham sido aprovados.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 155/20 – Proposta n.º 07/2020 – DAAE/SEMBEA – Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município de Setúbal.

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 e 22.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que traziam a proposta final do Regulamento de Saúde e Bem-estar animal do Município de Setúbal. Aquele regulamento tinha estado em consulta pública durante 30 dias, tinham respondido aquela consulta com propostas a Guarda Nacional Republicana, a ONDAID – Observatório Nacional para a Defesa dos Animais e Interesses Difusos e o PAN – Partido das Pessoas, dos Animais e da Natureza. A maioria dos contributos tinham sido incorporados na versão final do documento que estava ali para aprovação e para ser submetido à Assembleia Municipal.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 156/20 – Proposta n.º 08/2020 – DAAE/DIEV – Aceitação de doação da Empresa “The Navigator Company” ao Município de Setúbal.

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 157/20 – Proposta n.º 45/2020 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – Apoio financeiro no período de maio a agosto de 2020.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 e 25.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que aquele protocolo se tinha revelado importante e mesmo naquele contexto em que viviam, consideravam relevante e importante manterem, nomeadamente, os seus compromissos com os trabalhadores ainda na expectativa de aguardar o que dali poderia decorrer. E era naquele sentido e de acordo com as partes envolvidas que propunham a atribuição do apoio financeiro de trinta e um mil e quarenta e cinco euros à associação *A Onda*, para fazer face à contratação dos técnicos necessários para assegurar o segundo quadrimestre de maio a agosto de 2020, sabendo naturalmente que aquilo seria tudo uma circunstância que ainda estavam a tentar perceber melhor como podiam responder.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que sempre que aquilo ia ali a votos, fazia sempre uma referência e não a fazia por acaso, no que dizia respeito àquilo que eram as obrigações da contratação pública, que as associações também tinham que ter. Naturalmente não era uma responsabilidade do município, mas uma responsabilidade da associação. Contudo, sem ter posto em causa, como era evidente, o objetivo daquela deliberação, que assegurava o pagamento dos salários dos trabalhadores, que era algo extramente importante, disse que haveria que ter em conta uma questão de historial, no que dizia respeito aquelas deliberações, que ele ali levava à consideração. Uma primeira que estava relacionada com aquilo que ele acreditava e esperava não estar enganado, o Sr. Vereador Pedro Pina, que o corrigisse se assim fosse o caso, mas estava convicto que as associações tinham que ter um relatório de atividades e um orçamento a cada tipo de apoio que era dado e isso só era dispensado de acordo com o próprio regulamento que o Sr. Vereador já tinha levado ali em tempos, em caso de força maior ou de grande interesse público. Como aquilo era uma relação bastante duradora, achava que seria importante terem ali o orçamento e o plano de atividades. Certo era que sabiam a importância que aquela associação tinha e que aquele equipamento tinha para Azeitão, isso não estava minimamente em causa, mas seria correto fazer-se acompanhar do plano de atividades. Porque em primeiro lugar, se era importante também seria importante que tivessem aquela informação e em segundo lugar, o orçamento permitia que percebessem como estavam estruturadas as contas. Pediu para ser corrigido se a sua memória histórica não estivesse bem presente, aqueles professores tinham sido contratados diretamente pela Câmara Municipal em regime de recibos verdes e tinham sido há uns bons anos alocados naquela associação, tinha sido arranjada aquela forma de fazer as coisas, uma ação dedicada a que tivesse um plano de atividades próprio, o que justificava que o plano de atividades até fosse conhecido, porque eles também apoiavam aquela

associação e os seus respetivos colaboradores para que ela desenvolvesse aquela atividade, nem que fosse só à volta da piscina, mas isso era extremamente importante.

O seu filho já tinha tido aulas ali, portanto percebia e reconhecia o trabalho daqueles professores. Mas era importante cumprir o regulamento que tinha sido ali aprovado, pediu para ser corrigido se estivesse errado, se o regulamento não estipulava isso. Havia o orçamento e o plano de atividades, solicitou, que fosse fornecido e acompanhado em futuras propostas.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que estava de total acordo, já tinham sido noutros momentos disponibilizados os relatórios quer de atividades, quer de planeamento, portanto claro que seria possível, fariam chegar ao Sr. Vereador, bem como à bancada do Partido Socialista que presumia que também tivesse interesse em ter aquela informação.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 158/20 – Proposta n.º 46/2020 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração com a SulSub – Associação Náutica e Subaquática do Sul, para a criação do Centro Municipal de Atividades Subaquáticas de Setúbal.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que aquele tinha sido um desejo e um anseio que pretendiam há muito tempo, pensavam que iria acrescentar capital desportivo à cidade, eram muitos os entusiastas, não só dos desportos náuticos, já tinham falado naquele dia do Clube Naval Setubalense mas, em particular, aquela associação dedicava-se também à área do mergulho e era uma atividade que poderia ser muito interessante, muito relevante e que poderia capitalizar toda a ação que já era desenvolvida um pouco no Parque Urbano de Albarquel, com a área da canoagem, com o centro de águas abertas que estavam a concluir. Portanto pensavam que aquela parceria iria acrescentar àquela visão estratégica de valorização do património que era o estuário da sado, uma oferta também muito interessante para todos aqueles que eram amantes do mergulho e das atividades subaquáticas.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que tinha uma questão, como era praticante de mergulho amador e conhecia algumas das empresas, mas não conhecia aquela empresa. Tinha ido pesquisar e tinha percebido que aquela empresa só tinha sido constituída a 22 de janeiro de 2020, portanto tinha cerca de 3 meses de atividade. Gostaria de perceber que garantias é que tinham porque na proposta dizia “*um vasto conjunto de competências*”, em 3 meses, destes 3 meses, 2 tínhamos estado fechados em casa, ninguém tinha feito mergulho. Gostaria de saber se por trás daquela associação, estariam pessoas efetivamente com aquele “*know-how*”.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que o Sr. Dr. Luis Liberato é que se tinha ocupado daquela proposta.

Disse que ia tentar esclarecer, a constituição da *SulSub* era muito recente, mas as pessoas que estavam envolvidas, eram pessoas que tinham uma relação com as atividades subaquáticas há muito tempo. Iam ter de falar de um outro concelho, a prática do mergulho desenvolvida há muitos anos, nomeadamente, no Município de Sesimbra. Eram pessoas que tinham desenvolvido aquela prática e aquela atividade, embora algumas delas fossem de Setúbal, no Município de Sesimbra. Tinham decidido fazer aquela associação, podendo estabelecer aquela parceria de dinamizar no espaço de Setúbal aquela associação. Portanto



as garantias não eram tanto pela experiência da associação, que de facto seria recente, mas pela experiência das pessoas que constituíam essa mesma instituição.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que louvava a iniciativa, não estava contra a proposta. Gostaria de perceber se aquela associação ia funcionar como um clube. Questionou se uma pessoa poder-se-ia inscrever como associado e usufruir de benefícios, ou era um prestador de serviços, como a maior parte das empresas de mergulho eram, em que se pagava o serviço, isso poderia ter alguma diferenciação na forma como eles, câmara, se relacionavam. Uma coisa era uma entidade privada, que fazia o seu trabalho e eles até podiam potenciar, porque queriam potenciar aquela área específica, ou ser um clube, uma coletividade, uma associação.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que o pressuposto seria um bocadinho como funcionava o Parque Urbano de Albarquel com o clube de canoagem, embora fosse uma associação com características muito próprias, até porque tinha competição em si mesmo, como a questão do caiaque polo e naquele caso não havia ali nenhuma competição, embora houvessem competições de atividades subaquáticas, a ideia era que de facto, aquela entidade pudesse permitir a adesão das pessoas, para que pudessem usufruir das condições que eram prestadas, embora ela não estivesse ainda totalmente definida e eles ainda iriam avaliar, porque para eles era também uma novidade, portanto também estavam com alguma curiosidade como é que iria ser a adesão àquela nova oferta, instalada no Parque Urbano de Albarquel. A ideia era que correspondesse à expectativa, iam ver o que acontecia no verão, iam ver como iria ser o corrente ano, até porque parecia que as atividades náuticas já estavam relativamente acessíveis a título individual. Mas, por exemplo, o clube de canoagem tinha um conjunto de serviços, que prestava às pessoas, nomeadamente na utilização dos seus meios e a ideia que tinham ali era decorrente das regras estabelecidas, com características muito diferentes, porque o material era diferente, porque as lógicas eram diferentes, é que pudessem também ter benefícios na utilização daquilo era prestado por aquela empresa.

Sra. Presidente – Perguntou ao Dr. Luis Liberato se podia dizer alguma coisa que ainda não tivesse ali sido dito e que pudesse ajudar ao esclarecimento.

Sr. Dr. Luis Liberato – Prestou os esclarecimentos necessários, não tendo sido possível a transcrição da sua intervenção por deficiência da gravação.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que a propósito do que o Dr. Luis Liberato tinha clarificado e muito bem, uma das questões que para eles era importante, tal como as ações que tinham vindo a desenvolver, em particular no Parque Urbano de Albarquel, era de facto uma grande relação com a comunidade educativa. Estavam convencidos que podiam permitir a partir dali, de uma forma controlada e bem organizada, que alguns públicos pudessem vir a ter acesso. Aquela questão que tinha sido ali referida, tinha sido também um desejo antigo da APPACDM, porque do ponto de vista de práticas subaquáticas, sobretudo com crianças com deficiências, eram altamente benéficas e inclusivas e portanto, entendiam que também, naturalmente respeitando toda a atividade normal, seria uma oferta, até porque provavelmente não era uma informação pública, entre muitos aqueles que procuravam o Parque Urbano de Albarquel. Muitos deles eram instituições ligadas à área também da deficiência, pelas condições de acessibilidade que aquele parque tinha. Quer as zonas verdes, quer o acesso também às casas de banho, eram todas elas muito acessíveis e mesmo aos equipamentos que estavam ali instalados, ao centro de canoagem, portanto estavam convencidos que aquele também era um valor acrescentado que iria permitir à cidade e a todos, como cidade incluível que era.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que um projeto ligado ao mergulho, que era acarinhado há muitos anos, mas que nunca ninguém tinha pegado nele, que era o afundamento de barcos, para se criarem recifes artificiais. Achava que aquela zona iria beneficiar imenso com isso. A Marinha Portuguesa há uns anos tinha afundado um ou dois barcos, mas não tinha sido permitida a criação desses recifes, a uma profundidade que o permitisse. Efetivamente aquela era uma área que Setúbal podia ganhar muitos pontos, por exemplo a Sesimbra, se tivesse essas ofertas.

Sra. Presidente – Disse que no início de ter sido presidente, tinha tratado de uma Corveta da Marinha para ir para ali. Primeiro para a restaurar e servir para um espaço museológico, mas ficava muito caro, era um milhão e tal de euros para a sua reabilitação, e todos os anos a manutenção era muito cara. Juntamente com a armada tinham visto o seu afundamento. Mas a Marinha não quis que a Corveta fosse afundada, queria a sua reabilitação e que fosse visitável. Ou ia para terra, mas na altura não havia muito espaço na zona ribeirinha e o barco era muito grande, porque estavam a fazer a obra do POLIS, ou ficava dentro de água e os custos eram muito elevados.

Tinha procurado outro barco para naufragar e para fazer esse recife, mas era caríssimo e muito complicado fazer a sua legalização. Queria afunda-lo junto ao Portinho, naquelas águas muito cristalinas, entre o Portinho e a Pedra da Anicha, era ali perto do Parque Luis Saldanha. O Sr. Vereador Paulo Lopes poderia ser o ponta-de-lança para ajudar nisso, até com mecenato e oferecer um barco daqueles, um barco velho. Havia um barco que estava ali na Ponta do Verde, todo degradado, que poderia ser visto com a Capitania, se calhar podia-se comprar aquele casco para ser afundado. Podiam ir ver os preços e depois dizer ao Sr. Vereador.

Mas afundar dois ou três barcos, que estavam ali naquele cemitério, na Caldeira, aquilo parecia um cemitério e criar ali um recife, achava maravilhoso.

Aquela associação, com aquela atividade vinha também complementar, outra atividade que era muito importante, como o "Maravilha do Sado", que era o barco do Município, que tinha sido doado pelo Sr. Manuel Ferreira. Naquele barco existiam muitas turmas do primeiro ciclo a terem ali aulas e os meninos da APPACDM, também iam ali, quando o tempo começava a melhorar tinham aulas que tinham a ver com o mar, achava que era qualquer coisa de deslumbrante e lindíssimo. Especialmente crianças do Peixe-Frito e Bela Vista, que antigamente não iam ao mar, não iam à praia, não saíam da sua zona, presentemente com as férias do bairro, eles traziam as crianças às piscinas, às praias e com a possibilidade que a escola tinha de fazerem aulas no próprio barco, aquilo mudava a perspetiva de qualquer ser humano, eles que se estavam a formar, mudava-lhes a cabeça.

O afundamento de um barco era mais uma ferramenta, era giríssimo.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 159/20 – Proposta n.º 47/2020 – DCDJ/DISOC – Renovação do Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação de Imigrantes dos Países de Leste – EDINSTVO.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 e 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 160/20 – Proposta n.º 48/2020 – DCDJ/DIBIM – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal, a Junta de Freguesia de Azeitão e a Associação Cultural Sebastião da Gama para a criação da Casa-Memória Joana Luísa e Sebastião da Gama.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que não colocava em causa o mérito daquele protocolo, quando faziam a leitura do mesmo, era perceptível, naturalmente, na proposta e na parte deliberativa de quem era o imóvel, era perceptível também que aquela verba era para ser dada à associação, os cem mil euros, mas isso não estava refletido no protocolo, as obrigações do município não estava devidamente referido. Não dizia que os cem mil euros eram para a associação, ainda que isso pudesse ser corrigido, porque ainda havia a parte deliberativa, se fosse possível aprimorar aquele detalhe, seria importante. Tinha duas questões, a primeira referia-se ao período de tempo em que ficaria assegurado aquela atividade, eram cem mil euros, era necessário fazer obras de reabilitação, ia ser apresentado ainda um plano de atividades, o imóvel ainda não estava pronto, mas questionava-se qual o período de tempo, o protocolo não tinha um prazo, ou era anual e renovável, ou pagariam cem mil euros e por hipótese, absurda, mas ainda assim estando no vazio seria possível, se para o próximo ano o protocolo não fosse renovado, eram dados cem mil euros só para um ano. Estavam a falar em estabelecer bem aquilo que o Município pretendia, estava a interpretar a vontade do Município, concordava com o espírito subjacente, mas estava a interpretar a vontade do Município em crer ter aquele património preservado por um longo período de tempo. Ainda que não se deva estabelecer um período exagerado, mas deveriam estabelecer alguns tipos de parâmetros, considerando o valor envolvido. A última questão que colocou, tinha a ver com uma questão jurídica, até porque tinha vindo uma proposta anexa de orçamento, aqueles cem mil euros que eram doados para obras, considerando que envolviam duas entidades, o Município de Setúbal e a Junta de Freguesia e tinham uma proposta ali referenciada, compreendia que eram doados para a associação fazer as respetivas obras e compreendia que existia boa vontade quando era mencionado aquele respetivo orçamento, para se perceber qual seria o valor, mas questionou se aqueles cem mil euros eram para desenvolver uma atividade sustentada e não seriam só para as obras. Sendo só para as obras interrogou se a nível da contratação pública, isso não levantaria nenhum problema.

Sra. Presidente – Respondeu que, estavam a dar um subsídio aquela entidade para fazerem obras, como iam dar à Palhavã um subsídio para colocarem o chão, mais nada. As obras não iam custar só cem mil euros, iam custar mais dinheiro.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que essa parte era a mais importante. Deu por terminadas as suas questões.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que a questão mais premente que o Sr. Vereador Nuno Carvalho tinha colocado a Sra. Presidente tinha respondido. Acreditava que o Sr. Vereador tinha feito uma pergunta à qual tinha acabado por responder, quando tinha colocado a questão da própria constituição da proposta, que trazia um anexo onde apresentava aquilo que era a intervenção que o património ia acolher.

Havia ali uma etapa que iam recuperar, e que tinha a ver com um espaço dedicado à vida e obra do Sebastião da Gama, que tinha lugar num espaço da biblioteca de Azeitão. Tinha sido um entendimento, que pensava que todos consideravam, de grande utilidade de valorizar aquele espaço e ampliá-lo para a sua condição de biblioteca, sabendo já a data, que estava iminente aquela possibilidade de se constituir como um espaço museológico onde o

património do Sebastião da Gama, que, entretanto, tinha tido aquela possibilidade de ser doado à associação com a corresponsabilização da Câmara Municipal.

Disse que poderia garantir que aquele espaço, seria um espaço, e isso estava determinado com a própria associação, integrado da rede de museus municipal. Portanto decorria de outro tipo de apoios e de outro tipo de atividade e de outro tipo de respostas, quer de ordem financeira, quer de ordem logística, o normal funcionamento da Associação, que obviamente não conseguirá cumprir com aquele valor que ali estava. Atividades de divulgação, promoção, a própria colaboração da Câmara Municipal, com os seus serviços de Bibliotecas e Museus a poder acontecer naquele próprio espaço, o funcionamento daquele espaço ia decorrer de uma articulação com os serviços de museus, naquele caso era onde se integrava aquele património e naquele sentido o que lhe podia garantir era que aqueles cem mil euros não eram repetíveis ano após ano, porque tinham um princípio muito concreto que era concretizar a obra e, portanto, apetrechar aquele espaço, que tinha também, simbolicamente o valor de ter sido o espaço onde viveu Sebastião da Gama e de devolve-lo à comunidade, em particular à comunidade azeitonense, setubalense e a todos aqueles que o quisessem visitar, com todo o espólio de uma forma acessível e a realizar um conjunto de atividades que iam estar articuladas. Para essas atividades iam concorrer essas três entidades. A Câmara Municipal, que anteriormente, independentemente de tudo aquilo, já acompanhava e já divulgava o trabalho da Associação Sebastião da Gama, já tinha levado ali vários tipos de apoio, de divulgação, de obras que tinham sido divulgadas. A propósito da proposta, infelizmente pelas piores razões, do voto de pesar, recordava que das últimas vezes que tinham tido o Nicolau da Claudina ali com eles, tinha sido na revista de letras que tinha sido ali apresentada e ele tinha estado presente, porque era a Associação Sebastião da Gama, como a Sra. Presidente tinha referido, que era a entidade promotora com a Universidade de Letras de Lisboa e ele tinha estado ali presente. Esse trabalho que tinha sido um trabalho de divulgação tinha sido feito com o apoio da Câmara Municipal e era naquele sentido que iriam continuar a trabalhar na divulgação. Portanto aqueles cem mil euros não eram repetíveis, como lhe parecia claro naquela proposta.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que agradecia a explicação, mas tinha sido precisamente aquele o ponto onde queria chegar, é que não eram repetíveis, podia-se dar só cem mil euros sem ter aquela contrapartida que ali estava a referir. Se dissessem, que era considerado que a Associação já garantia a adequada segurança, ou que iria continuar a garantir a adequada segurança, que iria garantir a gestão da Casa-Memória, ou seja considerando que já fazia isso então dávamos cem mil euros, agora estava-se a ser exigida uma contrapartida por darem cem mil euros. Percebia a questão, não ia votar contra, só que gerava confusão, mas estava perfeitamente esclarecido.

Sra. Presidente – Disse que além daquilo que o Sr. Vereador Pedro Pina tinha dito, relativamente à obra em si, a Câmara não poderia fazer aquela obra, porque o edifício não era deles.

Portanto, a Associação que tinha aceite como doação aquele edifício e não tinha condições para o colocar a funcionar, como espaço de divulgação, de memória, para ser visitável por outras pessoas, não tinha dinheiro e aquilo caía, se eles queriam ajudar a continuar a divulgar Sebastião da Gama que também era um ato cultural e de preservação da parte da Câmara da memória cultural e histórica, ajudavam dando um subsídio para a Associação fazer as obras.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que percebia, até porque devia ter havido intenção de envolver a Junta de Freguesia, fazia sentido e daí o protocolo, mas já tinham tido ali doações de valores elevados, como por exemplo a Palhavã, que eram documentos mais simples, mas aquele tinha contrapartidas, que prossupunham perdurar no tempo e não tinham ali um prazo e, portanto, tudo aquilo gerava, porque eles é que estavam a definir enquanto município aqueles compromissos, algum tipo de confusão porque os compromissos não estavam devidamente estabelecidos. Se não houvesse uma total clareza sobre aquilo que estava

L

como contrapartida, poderia efetivamente gerar alguma confusão sobre aquilo que o município dava ou não dava. Mas estava entendido e estava percebido.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 161/20 – Proposta n.º 49/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro ao Clube Recreativo Palhavã.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 162/20 – Proposta n.º 6/2020 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões - 1.º trimestre de 2020.

A Sra. Vereadora Eugénia Silveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

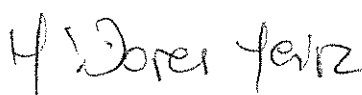
Em respeito pelas várias recomendações e orientações emitidas pela Direção Geral de Saúde sobre eventual propagação do COVID-19, a reunião foi à porta fechada, sem a presença de público de acordo com o Edital n.º 30/2020, de 16 de março.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira



Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 3 de junho de 2020, por unanimidade, contém 40 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

A complex, handwritten signature in blue ink, consisting of multiple overlapping loops and a long vertical stroke extending downwards.

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Carlos Mendes
Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio